

ORGANIZADOR:
GUILHERME AUGUSTO HILÁRIO LOPES

O DEBATE É PRECISO

REFLEXÕES ACERCA DO DEBATE



O DEBATE

É PRECISO:

Reflexões acerca do debate

**Reitora**

Rosemari Glatz

Vice-Reitor e**Pró-Reitor de Administração**

Sergio Rubens Fantini

Pró-Reitor de Graduação

Sidnei Gripa

Pró-Reitora de**Pós-graduação, Pesquisa,****Extensão e Cultura**

Edinéia Pereira da Silva

Coordenação Editorial

Rosemari Glatz

Editora da UNIFEBE**Mantenedora**

Fundação Educacional
de Brusque (FEBE)

Mantida

Centro Universitário
de Brusque (UNIFEBE)

Endereço

Rua Dorval Luz, 123 | Bairro
Santa Terezinha Brusque - SC |
CEP: 88352-400

+55 (47) 3211 7000

unifebe.edu.br

editora@unifebe.edu.br

Titulares Conselho Editorial

Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Carla Zenita do Nascimento

Luana Franciele Fernandes Alves

Sidnei Gripa

Rosana Paza

Wallace Nóbrega Lopo

Jeisa Benevenuti

Ricardo José Engel

Eliane Kormann Tomazoni

Pastor Claudio Siegfried Schefer

Suplentes Conselho Editorial

Edinéia Pereira da Silva

Arthur Timm

Angela Sikorski Santos

Luzia de Miranda Meurer

Fernando Luis Merízio

Sergio Rubens Fantini

Rodrigo Blödorn

Julia Wakiuchi

Rafael Niebuhr Maia de Oliveira

Joel Haroldo Baade

Jorge Paulo Krieger Filho

Produção Editorial

Equipe Editora da UNIFEBE

Projeto Gráfico e Diagramação

Peterson Paulo Vanzuita

Capa

Camille Manfrini Possamai

Revisão

Daniéli Sautner

Rosana Paza

ORGANIZADOR:
Guilherme Augusto Hilário Lopes

O DEBATE É PRECISO: Reflexões acerca do debate

Editora UNIFEFE
Centro Universitário de Brusque - Fundação Educacional de Brusque - FEFE
Endereço: Rua Dorval Luz, 123, Bairro Santa Terezinha
Brusque - SC, CEP: 88352-400
Caixa Postal: 1501
Telefone: (47) 3211-7000
Site: www.unifebe.edu.br
E-mail: editora@unifebe.edu.br

O debate é preciso: reflexões acerca do debate /
Guilherme Augusto Hilário Lopes (org.). - Brusque:
Ed. UNIFEFE, 2022.
117 p. ; 1.6 MB.

ISBN 978-65-86346-36-7

1. Debate. 2. Comunicação - Filosofia. 3.
Comunicação - Sociologia. 4. Comunicação - Política.
I. Lopes, Guilherme Augusto Hilário.

CDD 302.201

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

Copyright © 2022 Editora da UNIFEFE

Todos os direitos reservados. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Os capítulos/livros são de responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial ou da Editora.

APRESENTAÇÃO

Caros (as) leitores (as), este é um daqueles livros que tem como propósito explicitar algo que é indispensável para o convívio em grupo. **O debate é preciso: reflexões acerca do debate** é um livro composto por uma coletânea de textos que procuram explorar as dimensões e as especificidades do debate ao longo da história e na contemporaneidade.

A ideia de organizar um livro que busque explorar as múltiplas características do debate deriva da necessidade de tentarmos compreender e explicar a necessidade e a importância do debate em nossas vidas. Ademais, esta obra busca propor uma aproximação e reflexão do debate enquanto objeto de estudo.

Um dos fatos que me fizeram abraçar o desafio de organizar este livro foi a inquietude e ímpeto dos estudantes do ensino médio. Inquietude essa que fez com que esses adolescentes iniciassem uma caminhada muito intensa e produtiva no mundo dos debates competitivos, que permitiu que, ao se apropriarem de conhecimentos específicos no que diz respeito ao debate competitivo, pudessem sistematizar e compartilhar suas experiências, descobertas e percepções acerca do debate nos mais variados níveis e aspectos.

O ímpeto reside na curiosidade de entender o mundo ao nosso redor e na criatividade para conseguir compartilhar nossas percepções com os outros. Em síntese, esta obra procura estabelecer a relação entre teoria e prática, além de fortalecer os laços entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao encurtar a distância, possibilitamos que jovens estudantes entrem em contato com a pesquisa e a difusão do conhecimento.

Este livro se destina a todos e todas que de alguma forma se interessam pelo debate. Este é um material introdutório para quem busca conhecer mais sobre as nuances do debate. Isso vale tanto



no campo teórico e reflexivo, como no campo prático, sobre as regras que regem o debate competitivo. Além desta apresentação e da introdução, o livro está dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo intitulado **Que história é essa de debate?**, os autores Vitória, Guilherme e Tairine se propõem a investigar as transformações do debate ao longo do tempo e sua contribuição numa perspectiva sócio-histórica. Para isso, abordam o impacto da retórica, do debate desde a Antiguidade até os dias de hoje. Discorrem sobre as transformações do debate até o florescimento do debate competitivo. Encerram apontando como o uso da retórica e do debate servem como motor e continuam a moldar os rumos da História.

O segundo capítulo, escrito pelo professor Claudemir, está intitulado como **Argumentos e falácias do dia a dia: uma abordagem filosófica**. Em seu texto, ele examina a importância da argumentação e das incorreções no processo argumentativo que são as falácias sob prisma filosófico. Desenvolve seu pensamento sobre a importância do reconhecimento das falácias e da habilidade argumentativa. Para tanto, toma por base princípios lógicos que estabelecem parâmetros eficazes para análise argumentativa.

O debate como um esporte: entendendo as regras do jogo é o título do terceiro capítulo do livro, escrito por Miguel e Clarissa. Nele, os autores apresentam um pouco da história e discorrem sobre o funcionamento e as regras do debate competitivo. O texto expõe as principais funções e atribuições dos debatedores e demonstram alguns modelos utilizados nas competições de debate. Em síntese, este texto é uma espécie de manual para compreender o funcionamento do debate competitivo.

O quarto capítulo é escrito por Ana Alice, intitulado **Debate? Presente!: os benefícios do debate no ambiente escolar**. Em seu texto, a autora se propõe a analisar o impacto do debate



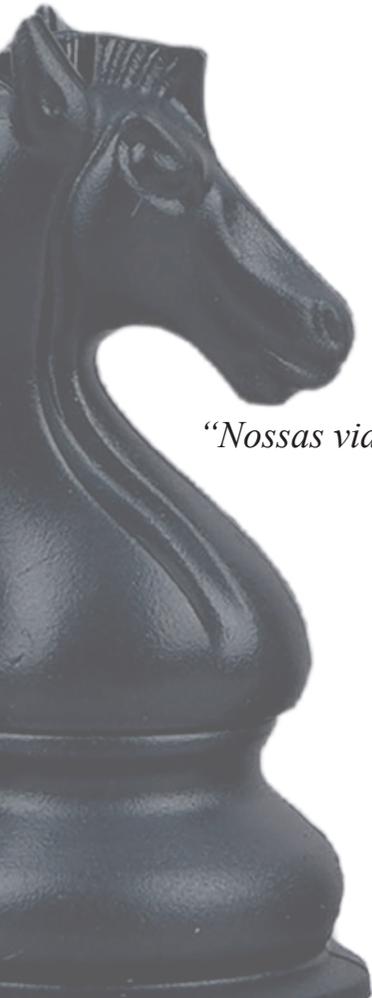
como vetor de mudança social e desenvolvimento individual dos educandos. Ela demonstra como a participação de estudantes em atividades que envolvem o debate competitivo facilita o aprimoramento de habilidades e capacidades importantes para a formação dos participantes.

No quinto e último capítulo, Clarissa aborda a relação entre debate e democracia. **O melhor candidato é o debate: o debate como influenciador direto para o sucesso de democracias.** Em seu texto, a autora realiza uma digressão histórica e apresenta características dos principais sistemas de governo que marcaram o século XX. Aborda questões emergentes que pautam regimes democráticos e também o uso das *fake news* e a da polarização política como riscos à democracia. Conclui apontando que o debate é um meio para avanço e a consolidação das democracias.

Desejo uma ótima leitura!

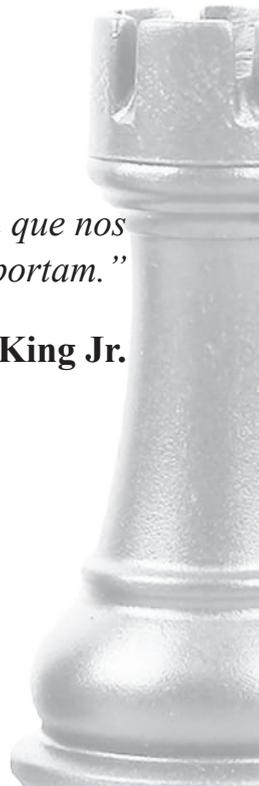
Guilherme Augusto Hilário Lopes





“Nossas vidas começam a acabar no dia em que nos calamos sobre as coisas que importam.”

Martin Luther King Jr.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

QUE HISTÓRIA É ESSA DE DEBATE?..... 15

LOPES, Guilherme Augusto Hilário;

LOPES, Tairine Gabriela Pereira;

GOMES, Vitória Schlindwein

CAPÍTULO 2

ARGUMENTOS E FALÁCIAS DO DIA A DIA: Uma abordagem filosófica..... 29

LOPES, Claudemir Aparecido

CAPÍTULO 3

O DEBATE COMO UM ESPORTE: Entendendo as regras do jogo..... 53

ANDRADE, Clarissa Dias Rodrigues;

MACHADO, Miguel

CAPÍTULO 4

DEBATE? PRESENTE!: Os benefícios do debate no ambiente escolar..... 73

KOHLER, Ana Alice

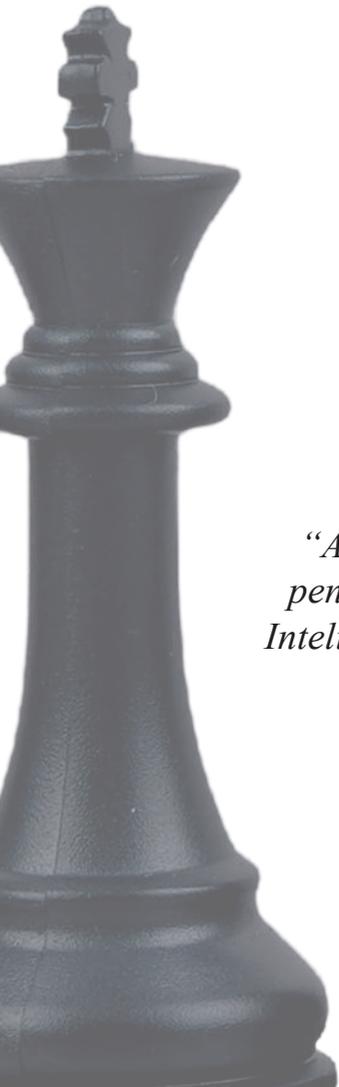
CAPÍTULO 5

O MELHOR CANDIDATO É O DEBATE: O debate como influenciador direto para o sucesso de democracias..... 89

ANDRADE, Clarissa Dias Rodrigues

SOBRE OS AUTORES..... 115





“A função da educação é ensinar a pessoa a pensar intensamente e a pensar criticamente. Inteligência mais caráter - esse é o objetivo da verdadeira educação.”

Martin Luther King Jr.



INTRODUÇÃO

Há muito, a espécie humana busca meios para se comunicar de forma efetiva. A capacidade que homens e mulheres adquiriram com o tempo de expressar suas ideias, sentimentos, crenças e visões de mundo contribuíram para que fosse possível assimilar o mundo por meio da arte, da escrita e do som. Somos seres que atribuem significado e sentido às coisas. Isso nos permite criar, refletir, questionar, comunicar, refutar e imaginar.

A comunicação é, sem dúvida, aquilo que nos diferencia das outras espécies. Não só porque fomos capazes de inventar a escrita e a linguagem, mas que, por causa dessas invenções, interagimos uns com outros. Ao fazermos isto, criamos e recriamos o mundo. Enquanto discurso e na forma como compreendemos e representamos a realidade, seja ela como fato e/ou como conjunto de ideias.

São as ideias que possuem a força motriz para motivar ou desmotivar, para encorajar ou assustar, para tranquilizar ou aterrorizar. As ideias nos oferecem ferramentas para ler o mundo, enquanto a realidade em si semeia o imaginário humano com outras ideias. Ora, se as ideias possuem tanta força e tanto poder é fundamental que elas sejam expostas ao público. É necessário que pessoas com opiniões diferentes dialoguem, conversem, busquem pontos de convergência ou mesmo de divergência.

Temos inúmeros exemplos na história de países, governos, regimes que se envolveram em guerras devido à ausência do consenso e da impossibilidade do diálogo. Mesmo com toda a capacidade de que os humanos dispõem para realizar comunicação, esta nem sempre ocorre de modo efetivo. Muitas vezes, a ausência do diálogo e da temperança abrem espaço para a violência, o terror, a aniquilação do outro como meio de reafirmação.



Debater é preciso porque fora do debate não existe espaço para a construção de caminhos. Mesmo que as ideias não agradem a todos, o debate e a exposição das formas de ver, ser, sentir e estar no mundo, além da discussão acerca dessas ideias, são imprescindíveis. Ou seja, é fundamental que as pessoas exponham aquilo no que acreditam e defendem. E ainda que estejam dispostos a um diálogo franco e aberto que encontre entre seus interlocutores pares para estabelecer um bom diálogo, em que perspectivas diversas contribuam para o amadurecimento do que está sendo posto em discussão.

Temos que caminhar para construção de pontes, e não muros: é preciso parar de tratar aquele que pensa de maneira diferente como inimigo. Isso não significa concordar com tudo que o outro diz e nem desconsiderar as afirmações de quem pensa diferente.

Debater é preciso. A concepção de “preciso” aqui pode ser concebida de duas formas. Em uma de suas viagens, por volta do século I a.C., o general romano Pompeu bradou aos seus marinheiros: *Navigare necesse, vivere non est necesse*. A frase tinha por objetivo encorajar seus soldados que estavam apavorados e tinham que se lançar ao mar em meio a uma tormenta para levar trigo para as províncias de Roma. A frase de Pompeu resistiu ao tempo e sofreu algumas modificações, em que o termo “necessário” deu lugar ao termo “preciso”.

Certamente, a frase proferida por Pompeu inspirou inúmeros viajantes e navegadores desde então. A beleza dessa frase reside na ambiguidade que o termo “preciso” oferece. Por um lado, representa a precisão e a exatidão. Por outro, a urgência e a necessidade. Adaptando a célebre frase do general Pompeu para o século XXI, podemos dizer que **“Debater é preciso”**.

Diferentemente de outros momentos da história em que a distância, o idioma, a cultura, a religião e o domínio tecnológico



eram sinônimos de impedimento para o desenvolvimento, hoje vivemos num momento em que conseguimos encurtar as distâncias, compreender outras formas de linguagem, promover o respeito a diversas formas de manifestação religiosa e o avanço massivo da tecnologia.

Ainda assim, com todos esses avanços conquistados, é possível constatar que nem sempre o consenso é possível. Muitas vezes, o indivíduo que se manifesta, pensa ou age de forma diferente daquela aceita por um determinado grupo pode sofrer todo tipo de constrangimento, restrição ou coação por não performar de acordo com o *modus vivendi* do grupo.

É preciso ser realista e reconhecer que o conflito é uma característica intrínseca do ser humano. Por isso, o que deve ser levado em consideração é o direito do outro de ser, existir, agir, pensar, se manifestar, mesmo que essa forma de manifestação seja oposta àquilo que você aceita ou concorda. Como na brilhante frase da escritora Evelyn Beatrice Hall, que resumiu de maneira pontual o pensamento de Voltaire no que se refere à liberdade de expressão: “Eu desaprovo o que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo”.

O debate é preciso para que as pessoas possam expor a multiplicidade de pensamento, a pluralidade de ideias. Não é porque o outro pensa diferente que ele deve ser silenciado. De modo contrário, é desejável que as pessoas se manifestem e apresentem suas ideias, visões de mundo. Somente dessa maneira poderemos ampliar e aprimorar o debate. Uma nação, sociedade ou país onde não existe espaço ou possibilidade para o diálogo está fadada ao caos.

O debate franco e aberto pode ser uma via para um futuro melhor. Certamente, o processo do amadurecimento do debate entre grupos e indivíduos com opiniões divergentes será marcado



por uma infinidade de embates. Isso certamente irá ocorrer; no entanto, é fundamental que as ideias e posições estejam claramente expostas para que cada sujeito saiba quais ideias, valores e crenças as instituições e indivíduos defendem. A propósito, os temas abordados neste livro buscam promover a reflexão, estimular o debate e o entendimento do debate como categoria analítica e forma de manifestação.



QUE HISTÓRIA É ESSA DE DEBATE?

1

GOMES, Vitória Schlindwein
LOPES, Guilherme Augusto Hilário
LOPES, Tairine Gabriela Pereira

1 INTRODUÇÃO

No dicionário de língua portuguesa, o termo debate significa “luta em defesa de uma causa” ou até mesmo “discussão acirrada”. Entretanto, a palavra surge do verbo francês *débat*, originalmente *débattre*, que significa bater de forma contínua e violenta (RODRIGUES, 2010, *on-line*).

Por mais que sua origem esteja vinculada à força física, o debate, desde meados do século XIII, possui em sua língua originária o sentido próximo daquilo que consideramos hoje. Pode ser assumida na acepção de querela ou controvérsia. Com isso, a conotação do termo muda do campo da violência propriamente dita para o da disputa de ideias, especialmente na esfera pública (RODRIGUES, 2010, *on-line*).

A frase atribuída ao francês Joseph Joubert, que viveu entre o século XVIII e XIX, apresenta uma visão precisa sobre o debate. Michereff Júnior (2017, p. 9) se apoia no pensamento de Joubert,



que diz “A meta de uma discussão ou debate não deveria ser a vitória, mas o progresso”. Dito isso, o debate torna-se maior que uma palavra, torna-se um agente capaz de transformar a história. Mas que história é essa de debate?

Neste capítulo abordaremos de onde surgiu e para onde está indo o debate como esporte e como ferramenta de transformação na educação e na política, propondo um diálogo reflexivo na forma como o debate tem se apresentado. Do mesmo modo, buscaremos compreender as implicações no tocante ao debate como elemento intrínseco presente no decorrer da História.

2 COMO TUDO COMEÇOU

O exercício de debater, no sentido mais essencial da prática, surgiu muito antes da palavra no dicionário. Ele surge quase que junto à existência humana, quando o ser humano viu a necessidade de estabelecer relações de comunicação e defender um ponto de vista de forma crítica. Afinal, debater não é afirmar, e sim argumentar.

A retórica, como instrumento de estudo social e prática, nasce na Grécia Antiga, onde os filósofos arquetavam perguntas afim de elaborar respostas em torno de uma linha lógica, ou seja, formulando argumentos. Sócrates utilizava-se dessa habilidade para compreender o mundo ao seu redor (WA, 2014, *on-line*).

Com o processo de amadurecimento da filosofia, o questionamento e as indagações acerca do mundo, da vida, e de tudo aquilo que era considerado verdade absoluta vai ser objeto de reflexão e investigação do campo filosófico. Esse é o exercício fundamental para elevação do conhecimento e superação e elevação do conhecimento. O debate é uma forma de linguagem que exige pensamento lógico. É uma espécie de fio condutor



para novas descobertas e possibilidades, em que o embate e os questionamentos conduzem a novas respostas.

Durante a Grécia Antiga surgem os sofistas. Eles eram conhecidos pelo exímio uso do discurso como meio de manipular a verdade para atingirem as respostas que esperavam. Esse grupo de filósofos foi até mesmo condenado por Sócrates, mas não podemos negar que tudo que conseguiam estava atrelado à retórica. Retórica essa que desafiava o pensamento e utilizava-se da estratégia (SENNETT, 2016). Ainda referente à retórica, Mario Bunge (2012, p. 345) esclarece que a retórica pode ser assimilada como “A arte ou técnica da persuasão sem levar em conta a verdade.”

Uma das principais lições que podemos tirar dos sofistas é que a verdade pode ser relativa. Isso torna o debate ainda mais rico, na medida que a verdade, na perspectiva dos sofistas, se apoia na subjetividade dos indivíduos. MacKendrick (1961, p. 16) afirma: “Os gregos sempre foram ótimos locutores. O debate é tão antigo quanto a própria linguagem”. A civilização grega na antiguidade clássica nos legou muito, é quase impossível pensar os dias de hoje sem o quadro referencial do mundo grego.

Tomemos como exemplo a política: a *pólis* de Atenas também é considerada o berço do debate. A sociedade ateniense ocupava anfiteatros e ágoras para explorar a troca de ideias publicamente, fossem elas políticas ou não. O debate, muitas vezes tenso, foi fundamental para a construção da cidade e da democracia de Atenas e pelo legado que deixou ao mundo ocidental (SENNETT, 2016).

Desse modo, o debate, pouco a pouco, caminha para outro patamar. Em Roma, Cícero era conhecido pelo bom uso que fazia da retórica em seu governo. Talvez esses acontecimentos tenham motivado e fortalecido o debate como instrumento político e de



poder. Os romanos certamente herdaram o legado grego no que diz respeito ao debate (MACKENDRICK, 1961).

Assim como todo legado deixado pelos povos da antiguidade clássica, a saber Roma e Grécia, devemos mencionar a influência da retórica e da arte da argumentação existentes também no lado oriental do globo (VAN ELS; SABATTINI, 2012). Além do mundo oriental, é importante destacar a presença da oralidade por meio das histórias contadas pelos griot. Esses guardiões da tradição se utilizavam da oralidade e da musicalidade como mecanismos de resistência e resgate da cultura de muitos povos que viveram e ainda vivem no continente Africano (HALE, 1998).

Durante o período da Idade Média, a igreja vai ter um papel preponderante sobre a vida e a religiosidade dos homens da Europa. Essa era que durou mil anos foi notabilizada pela ascensão e decadência política da Igreja Católica na Europa ocidental e a ascensão e fortalecimento da burguesia como grupo social. Uma vez que tal grupo se fortalece, este busca implementar um modelo de sociedade que atendesse aos seus próprios interesses.

A Inglaterra medieval viu a ascensão do Parlamento para ajudar os Reis. Na verdade, o Parlamento deriva da palavra francesa parler, “falar”. Com a evolução do Parlamento, no entanto, ele foi além de simplesmente conceder impostos e ouvir o rei, tornando-se, em vez disso, um lugar de debate e política (WA, 2014, *on-line*, tradução nossa).

O debate, mais próximo do que conhecemos hoje, começa a ser construído no século XIX. Em 1858, Abraham Lincoln e Stephen Douglas discutiam com maestria a disputa por uma vaga no senado no estado Illinois, nos EUA, enquanto inspiravam uma nação. Apesar disso, o primeiro debate eleitoral televisionado aconteceu quase cem anos depois. Em 1960, Richard Nixon e John Kennedy disputavam a corrida eleitoral para assumir a presidência dos Estados Unidos. (WA, 2014, *on-line*).



O resultado dos votos confirmou a vitória de Kennedy. O sucesso na corrida eleitoral resultou de sua desenvoltura, na qualidade de oratória e o carisma, que conquistou os eleitores americanos. Como explica Jeffrey Parcher (1998), debatedores aprendem ao longo de sua formação que não é importante somente dizer, mas o que vale é a forma como você diz.

Geralmente, pessoas que fazem uso da retórica e da oratória recorrem a estratégias discursivas que buscam convencer o público. Este tipo de habilidade é fundamental em profissões que exigem o contato com outro. Pessoas que trabalham nos meios de comunicação, políticos, advogados, vendedores, professores divulgadores científicos, sindicalistas, estudantes etc. regularmente buscam desenvolver tais aptidões.

3 COMO SURTIU O DEBATE COMPETITIVO?

A retórica foi objeto de investigação e análise, e amplamente utilizada na filosofia e na política. No entanto, ela não permanece restrita apenas a essas áreas. Com o advento da Idade Contemporânea ela passou a ganhar novos contornos, ou seja, o debate passou a ser utilizado de maneira recreativa e como ferramenta de aprendizagem. O debate, nesse sentido, passou a ser visto como uma espécie de esporte com o surgimento do debate competitivo.

O filme estadunidense de 2007 *The Great Debaters* (no Brasil, *O Grande Desafio*) explora muito bem esse universo da educação e do debate competitivo. Com destaque para a abordagem do debate como uma guerra discursiva, que é evidenciada em uma das cenas do filme, na fala de uma personagem: “O debate é um esporte sangrento. É um combate. Mas suas armas são palavras” (*O GRANDE DESAFIO*, 2007).



O enredo exhibe questões sensíveis, como desigualdade social e o racismo, que se entrelaçam a outros dilemas e problemas que estão patentes na atualidade.

O filme aborda a história de um grupo de alunos debatedores da Faculdade Wiley (Wiley College) treinados por Melvin B. Tolson [Denzel Washington], e as dificuldades e vitórias que tiveram nos debates realizados com alunos de instituições de educação superior exclusivamente para brancos. Em uma das cenas iniciais, ao repreender um dos membros do grupo de debatedores que não está levando a sério a atividade, o treinador disserta sobre a situação de seus antepassados e a oportunidade que o jovem está perdendo. Melvin B. Tolson: “Manter o escravo fisicamente forte, mas psicologicamente fraco e dependente do capataz. Manter o corpo, dominar a mente. Eu e todos os professores deste campus estamos aqui para ajudá-lo a encontrar, recuperar e manter sua mente, porque, obviamente, você a perdeu” (JÚNIOR, 2015, p. 299-300, grifo do autor).

Os primeiros registros que temos sobre clubes de debates vêm de fora do país e remontam ao século XVIII. Nessa época, a Inglaterra passava por profundas transformações que motivaram o processo de secularização. Inspirados pelas ideias iluministas, intelectuais buscavam se reunir a fim de discutir assuntos relativos à política, religião, sexualidade, educação, ciência, entre outros (BRUM, 2017).

No século XIX, as primeiras associações e clubes de debate vão se organizar no interior das universidades em países como Grã-Bretanha e Estados Unidos. Mais especificamente nas universidades de Oxford, Cambridge, Princeton e Yale, que vão ser responsáveis pela popularização do debate competitivo e a formação de clubes de debates (BRUM, 2017).

Ao contrário do que se imagina, o debate competitivo não ficou restrito apenas ao ambiente acadêmico. Em 1933, um clube de debates foi formado na colônia da prisão de Norfolk, nos Estados



Unidos. A treinadora Cerise Jack, responsável por guiar a equipe, era uma visitante regular da prisão (ORTHY, 2011). Fica evidente que o debate competitivo pode ser muito bem aproveitado não somente nos torneios de debates escolares, mas também pode ser utilizado como meio para ressocialização.

Com o passar do tempo, o debate competitivo começou a ganhar o mundo. Em um primeiro momento, atingindo principalmente universidades na Europa e nos Estados Unidos, que passaram a prestigiar essa atividade como uma atividade extracurricular de alto nível.

No Brasil, o debate competitivo ainda é uma atividade muito recente e vem ganhando reconhecimento de forma gradativa. Como demonstra Brum (2017), as primeiras experiências referentes à sistematização e organização de clubes de debates e dos debate competitivos está associada ao interesse de acadêmicos do curso de Direito.

Nesse contexto é que surge o Instituto Brasileiro de Debate – IBD, buscando fomentar e fortalecer os clubes de debate na prática e do debate competitivo em todo território nacional. Num primeiro momento associado aos cursos de Direito e voltado ao público do ensino superior, e mais recentemente avançando para o debate competitivo ao nível de estudantes do ensino básico (BRUM, 2017).

Mas por que o debate competitivo pode ser considerado um esporte? Ora, assim como o xadrez, jogos intelectuais também exigem estratégia e técnica. É necessário conhecer as regras, ter uma posição no jogo e dispor de estratégias para conseguir êxito no debate. É um esporte pois exige preparo, estudo, dedicação. Entre as habilidades cultivadas pelos esportistas do debate podemos destacar: pensamento crítico, habilidade de pesquisa, organização e estruturação argumentativa, habilidade



de comunicação oral (PARCHER, 1998). Além do mais, o debate competitivo é um esporte que envolve raciocínio lógico, oratória e conhecimentos aprofundados sobre diversos temas e áreas, desde política a sustentabilidade. O jogador deve conhecer as regras do modelo que vai competir e ter uma equipe.

Por mais que o debate competitivo não figure como uma das modalidades presentes nos jogos olímpicos de verão ou de inverno, ele atinge e impacta diretamente muitos estudantes de universidades e escolas no Brasil e no mundo afora.

4 COMO O DEBATE REVOLUCIONOU A HISTÓRIA

O debate e a oratória revolucionaram a História ao dar visibilidade e vez àqueles que não eram ouvidos, vistos ou lembrados como sujeitos históricos. Diversos movimentos sociais, desde a Revolução Francesa até os discursos proferidos em mídias sociais, representam o poder que as palavras possuem ao comunicar. Dentro do debate, ainda, as palavras, junto de uma oratória desenvolvida, fazem mais do que isso: elas são capazes de persuadir, argumentar e deixar claros posicionamentos políticos e ideológicos de grupos e indivíduos.

A História não ocorre de maneira cíclica; se assim fosse, as previsões e exercícios de futurologia que os gurus fazem certamente teriam maior assertividade. Ainda assim, quando observamos o curso da História podemos encontrar algumas similaridades, e algumas pistas acerca de repetições que podem ser previstas. Cabe aos intelectuais a tarefa de tentar dar respostas aos problemas existentes tomando por base os vestígios e fragmentos provenientes do mundo social (LECLERC, 2005).

Usamos as palavras para ler, descrever, interpretar interagir e nos relacionar com os outros e com o mundo. De acordo com os ensinamentos de Michel Foucault (2008), a realidade é uma



construção discursiva. Ou seja, é por meio da fala e das palavras que moldamos a realidade. Ainda como destacam Berger e Luckmann (1990), a linguagem cria campos semânticos e zonas linguísticas que permitem significação.

Sabendo da relevância, da força e do poder que as palavras desempenham, podemos pensar nelas como forças motrizes para a mudança social. Existe uma troca recíproca entre o mundo real e o mundo das ideias. Ao se encontrarem, temos o ponto de transformação. Grandes revoltas ou revoluções e os grandes episódios que marcaram ou mudaram o mundo vieram acompanhadas de discurso eloquente.

Grandes oradores, para o bem ou para o mal, se valeram do discurso para seduzir e ganhar a simpatia da multidão. O discurso sempre foi um recurso muito útil para grandes revoluções. De acordo com Mark Almond (2016) e Levitsky e Ziblatt (2018), vimos, ao longo da História, grandes oradores que utilizaram a retórica e o discurso para insuflarem seus apoiadores a lutarem e defenderem suas pautas. Independentemente do espectro político, da esquerda à direita, líderes populistas guardam muitas semelhanças e frequentemente se valem da retórica e do discurso para mobilizar suas bases e mantê-las coesas.

Entre os políticos com perfil populista é possível destacar figuras como Getúlio Vargas, Pinochet, Fidel Castro, Putin, Erdogan, Chávez, Maduro, Mussolini, Hitler, Lenin, Stalin, Lula, Trump e Bolsonaro (LEVITSKY; ZIBLATT 2018; PARAÍZO, 2017; PARZIANELLO, 2020). A intenção aqui é justamente demonstrar que diversos políticos com posicionamentos diferentes e em períodos diferentes se valeram de práticas populista no decorrer de suas atividades políticas.

Além do uso da retórica empregado por populistas no ambiente político, temos também o uso da retórica e do discurso utilizado e



estudado por intelectuais da retórica, entre eles podemos destacar as contribuições de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Pierre de La Ramée, que remontam ao período desde a antiguidade ao medievo (VAN ELS; SABATTINI, 2012).

Você deve estar se perguntando qual o impacto da retórica e da discursividade empregada pela classe política e pelos intelectuais no que refere ao debate e na visão da opinião pública. Por um lado, atores políticos, cientistas e os meios de comunicação agem com propósito. Quando um ator político ou um veículo de informação apresenta uma ideia, ele a faz pensando no convencimento ou adesão do espectador.

Da mesma maneira procede o intelectual ou cientista quando busca analisar a realidade política, um discurso ou mesmo um fato; o que ele busca ao trazer à tona por meio da análise e investigação acurada aquilo que num primeiro momento parece oculto. Ou seja, por meio da análise e da contextualização busca fazer uma interpretação do mundo social (BERGER; LUCKMANN, 1990).

Em todo caso, é válido saber que a retórica e o discurso mobilizam as massas e as ideias. Nesse ínterim suscita o debate, uma vez que as ideias nem sempre se apresentam de forma homogênea ou contam com a simpatia imediata dos indivíduos. Essas ideias geralmente possuem força e lastro por se ancorarem naquilo que é mais íntimo ao indivíduos, que são suas crenças, valores e convicções.

Foram essas crenças e valores que permitiram que homens e mulheres, com suas ações, mudassem o rumo da História. As palavras e as atitudes possuem um poder inimaginável para transformação. Por meio de atos e palavras, Martin Luther King, Rosa Parks, Nelson Mandela, Muhammad Ali, João Candido lutaram contra o segregacionismo e o racismo. Essas mesmas



palavras que motivam foram utilizadas quando Neil Armstrong pisou na lua pela primeira vez. A força das ações e das palavras residem e resistem quando uma paquistanesa, como Malala Yousafzai, se levanta num ato de coragem contra o autoritarismo imposto pelo Talibã, reivindicando um direito básico que é o acesso à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse capítulo, procuramos apresentar o debate e as suas mudanças ao longo do tempo. Demonstramos o processo de desenvolvimento e as variações do debate e a sua vinculação com a oralidade e a retórica. Ademais, buscou-se explicitar como o debate pode ser utilizado e analisado.

Por um lado, o debate é um instrumento de extrema valia que pode ser utilizado na política, na educação. Por outro, o debate competitivo pode ser encarado como um esporte, uma vez que os debatedores precisam de muito estudo e preparo, e de domínio sobre as regras dos torneios de debates.

O debate é uma ferramenta de transformação social e possibilita discutir, de maneira organizada e respeitosa, sobre as principais problemáticas e dilemas da vida social. É por meio de homens e mulheres de fibra e coragem que as principais transformações se tornaram possíveis. Não pela omissão ou submissão, mas de modo contrário, por meio da contestação, do questionamento e do diálogo.

Certo de que este é apenas um fragmento acerca da história do debate e que reflexões acerca do diálogo e retórica não se encerram com esse texto, esperamos que este contribua para a compreensão e estimule o interesse sobre o tema.

O passado, o presente e o futuro estão fortemente ligados ao debate. Afinal, a história do debate é contado por aqueles que antes de falar, souberam ouvir, e depois decidiram compartilhar seu saber.



REFERÊNCIAS

- ALMOND, Mark. **O livro de ouro das revoluções**: movimentos políticos que mudaram o mundo. 2. ed. - Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 8. ed. Petropolis: Editora Vozes, 1990.
- BRUM, Maurício. **Torneios de debates ganham força entre estudantes brasileiros**. Gazeta do Povo, Curitiba, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3jwGIGF>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- BUNGE, Mario. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Coleção Big Bang).
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p. (Leituras filosóficas).
- HALE, Thomas Albert. **Griots and griottes**: masters of words and music. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- JÚNIOR, Décio Gatti. Uma experiência de formação de Professores em torno do conhecimento histórico-educacional na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 288-314, 2015.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MACKENDRICK, Paul. The classical origins of debate. **Central States Speech Journal**, v. 12, n. 1, p. 16–20, jan. 1961.



MICHEREFF JUNIOR, Vilmar. **Eleições nas Universidades**

Federais: Um Estudo de Caso na UFSC. 2017. 330 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Cv99YI>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O GRANDE desafio. Direção: Denzel Washington. Produção: Oprah Winfrey *et al.* EUA: Harpo Productions; The Weinstein Company, 2007. 1 DVD (126 min).

ORTHY, Afsana Begum. **Debate and we:** Debate and its history, types and Debate in Bangladesh. 2011. Disponível em: bit.ly/2XGoaHr. Acesso em: 8 ago. 2021.

PARAIZO, Maria Angélica Chagas. **Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo Lula.** 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WXARNx>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PARCHER, Jeffrey. **The value of debate.** Report of the Philodemic Debate Society. Washington: Georgetown University, 1998. 11p.

PARZIANELLO, Geder Luis. **O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo:** um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 12, n. 36, p. 49-64, 2020.

RODRIGUES, Sérgio. **Vamos debater o debate.** VEJA, São Paulo, 10 ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Cs56ws>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SENNETT, Richard. **Concentrating minds:** how the Greeks designed spaces for public debate. Democratic Audit UK, London,



01 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3s328cN>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VAN ELS, Paul; SABATTINI, Elisa. **Introduction**: Political Rhetoric in Early China. *Extreme-Orient Extreme-Occident*, n. 34, p. 5-14, 2012.

WA – Westlake Academy. **History of Debating**. WA Debate Club, Westlake, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3CoMEoq>. Acesso em: 20 jun. 2021.



ARGUMENTOS E FALÁCIAS DO DIA A DIA: Uma abordagem filosófica

2

LOPES, Claudemir Aparecido

1 INTRODUÇÃO

Toda discussão ou debate, que se pense ser racionalmente sério e digno de veracidade, impõe conhecimento prévio da composição de argumentos lógicos, que sigam as estruturas e a maturidade intelectual de sua apresentação.

A discussão a respeito de argumentos e falácias ou sofismas¹ é relevante no âmbito da educação porque nos ajuda na reflexão e ponderação no exercício do pensamento argumentativo e racional. Segundo o dicionário Michaelis, falácia é:

Argumento ou raciocínio deliberadamente enganoso, com aparência de verdadeiro, com o objetivo de enganar alguém; evasiva, falácia, torcedura (MICHAELIS, 2021).

É uma argumentação aparentemente verossímil que contém falhas lógicas. Uma falácia é sempre um pseudo-argumento que traz convencimento psicológico, emocional, íntimo, mas sem correção lógica.

¹A partir deste ponto iremos denominar falácias para dar a entender também sofismas como sinônimo.



Nessa linha, a abordagem do texto está no âmbito da lógica e do discurso filosófico.

Procuramos analisar casos de falácias e argumentos do cotidiano com a preocupação em não perder o rigor lógico e a clareza conceitual.

Assim, ao analisar argumentos e falácias, o texto parte dos pressupostos básicos da análise e reflexão filosófica. A lógica é um dos ramos da filosofia que trata do processo de inferência. Para Mortari (2001) “Lógica é a ciência que estuda princípios e métodos de inferência, tendo o objetivo principal de determinar em que condições certas coisas se seguem (são conseqüências), ou não, de outras”. “Já um argumento formal, ou simplesmente, argumento, é uma seqüência de fórmulas P_1, P_2, \dots, P_n, Q quaisquer, simples ou compostas, na qual a última fórmula, Q , chamada conclusão, é tida como decorrente das outras, chamadas premissas” (TASSINARI, 2008).

A lógica estuda as leis do pensamento. Assim, podemos compreender como se caracteriza um argumento válido, pois do argumento analisamos sua validade, não sua verdade. Um argumento válido é sempre aquele no qual não é possível que suas premissas sejam verdadeiras e a conclusão, falsa.

O objetivo central do texto não é, portanto, exaurir as discussões sobre argumentos, falácias, nem mesmo tratar de todos os tipos de falácias, mas fazer uma introdutória discussão alertando sobre os cuidados na argumentação e no debate a respeito dos riscos para o argumentador não cair em erros lógicos.

O texto apresenta uma breve discussão sobre a diferença entre informação e conhecimento, o que é conhecimento, e depois traz algumas falácias mais comuns presentes em nosso cotidiano. Foram feitas algumas citações e indicações de alguns autores para contribuir com a argumentação apresentada.



2 ARGUMENTOS E FALÁCIAS DO DIA A DIA: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA

Não importa a área ou o ramo do saber para nos depararmos com erros de raciocínio, muito comuns entre os humanos, na hora de argumentar, especialmente nos diálogos ou monólogos cotidianos, mais conhecidos como expressão de opiniões, e não de pensamento científico-filosófico, que é muito mais exigente que meras opiniões.

Nessa reflexão, fazemos uso dos conceitos usados pelo pensador Platão, que sistematizou a diferença entre crenças e conhecimento em vários de seus diálogos, de modo especial nos diálogos *Ménon* e *Teeteto*. Trata-se dos conceitos de *Doxa* e *Episteme*. *Doxa*, segundo Platão, é a mera crença ou opinião, enquanto *Episteme* é conhecimento, ciência². Mais adiante, iremos desenvolver este raciocínio em pormenores.

Uma das questões centrais, em se tratando de argumentação nos dias atuais, diz respeito a como se ter coerência de raciocínio e clareza suficientes para que o interlocutor entenda a mensagem sem distorções e seguindo as regras básicas conforme o raciocínio lógico correto. Um bom debate não pode conter falácias, pois além de soar como desonestidade intelectual, convence, intencionalmente ou não, por vias não sadias, intelectualmente falando.

Muitas falhas ao se transmitir uma mensagem, seja falada ou escrita, se dão pela falta de rigor no raciocínio, de uso adequado e até ausência de compreensão do significado genuíno dos conceitos, muito mais que de má intenção em se defender uma tese ou ideia com o objetivo de ‘vencer’ uma argumentação, não se importando com a verdade.

² Sugerimos também a leitura do diálogo platônico: “A República” em seu livro VII, cuja obra apresenta a Alegoria da Caverna.



Não obstante, a falta de domínio de conceitos e vocábulos corretos conforme a língua vernácula do falante, logo, dificuldade em expressar o pensamento com nitidez e coerência inferencial, há ainda os casos de desconhecimento das regras lógicas do bom pensar e, não menos raro, da pouca preocupação com o rigor no uso dos vocábulos.

Assim, temos: a) os erros de raciocínio por ignorância aos conceitos e vocábulos exatos, que permita dupla significação ou vaguidade na interpretação; b) os erros de raciocínio por intencionalidade na retórica a fim de se ‘vencer’ um debate, usando da má fé na discussão e até estratégias maldosas, e ainda c) os erros por falta de conhecimento das regras lógicas e do processo inferencial, o que é raro aos que não dedicaram horas no estudo e reflexão às regras lógicas básicas. Iremos nos dedicar à análise deste último item, uma vez que está relacionado à filosofia e à argumentação lógica.

Antes da discussão propriamente dita, precisamos fazer alguns esclarecimentos a respeito do que entendemos por conhecimento e suas relevâncias, para somente depois tratarmos dos pseudo-argumentos falaciosos.

2.1 CONCEPÇÕES DE CONHECIMENTO

Não é muito comum a pergunta sobre o que seja conhecimento e qual é sua definição. Ao contrário, é frequente a confusão entre as definições do que seja conhecimento e informação, conceito este último muitas vezes tratado como sinônimo de conhecimento, o que é enganoso. Ainda, quando há necessidade de distinção entre os dois conceitos, muitas vezes são dadas definições rasas demais e pouco esclarecedoras.

Nesse sentido, pretendemos aqui apresentar uma breve e introdutória distinção entre o que entendemos por ‘informação’



e por ‘conhecimento’ antes de tratarmos especificamente dos argumentos e falácias.

Antes de tratarmos sobre a informação, vamos apresentar o elemento primordial que a faz existir, ou seja, o “dado”.

O dado é o elemento singular, objetivo, fatural, presente no mundo sem qualquer interpretação. Uma pedra que rola no morro é um dado; uma árvore, a montanha, o oceano, a rocha, o oxigênio, os fatos sem estudo, o acidente de trânsito em si, sem qualquer interpretação humana, e assim por diante.

Assim, concluímos que o dado é elemento bruto, não interpretado; não subjetivo. Em filosofia é coisa conhecida ou assumida como fato objetivo, que pode ser objeto de interpretação. É átomo, é fato ou parte de uma informação (OXFORD, 2021, Tradução nossa). Já a informação, do latim *informatio* e do verbo correspondente *informare*, trata de dados organizados, articulados, pertencendo ao ato de uso do raciocínio e ao ato de aprender. São atos ou detalhes sobre alguém ou algo (OXFORD, 2021, Tradução nossa).

Nesse sentido, na informação temos a organização ou a sistematização dos dados. Os dados são trabalhados pela consciência humana, e o resultado do conjunto dos dados organizados, que façam sentido, passa a ser subjetivado, ou seja, a fazer parte do pensamento humano.

Para que haja informação é preciso que tenhamos crença, de tal modo a absorver e aceitar um conjunto determinado de informações. A crença de um indivíduo em si não representa conhecimento filosófico, como veremos adiante. Pois a crença é subjetiva, e por vezes não se relaciona à realidade e nem ao conhecimento objetivado dos demais humanos.

O ato de acreditar está diretamente relacionado com o contexto individual e pode representar as mais variadas matizes ou



perspectivas. Há uma similaridade entre crença e opinião (*doxa*), de tal modo que um indivíduo pode acreditar naquilo que bem desejar ou que sua vontade o deliberar para tal. Porém, importante salientar que a crença não tem o compromisso em se relacionar com a verdade. Muitas vezes, não passa de verossimilhança, nada mais.

Um indivíduo desenvolve seu sistema de crenças a partir das experiências e do contexto em que vive. Nesse sentido, acreditar na Bíblia ou no Alcorão tem muito mais a ver com a contexto social, histórico e linguístico de alguém que propriamente com sua integridade ou honestidade intelectual. Embora a discussão sobre o processo de desenvolvimento da consciência seja um tratamento mais adequado para a Psicologia e a Neurociência, não é difícil entender que as crenças serão alteradas à medida que o sujeito faça novas experiências e amplie sua capacidade intelectual com leituras e reflexões. É esta nossa esperança também com este texto.

O processo formador de crenças pode ir na mesma velocidade que sua destruição desde que haja razões e justificativas racionais e o sujeito portador de determinadas crenças esteja aberto para refletir e desejoso de reavaliar suas crenças tradicionais. Somente o conhecimento pode contribuir na melhor avaliação das crenças preexistentes; porém, este também exige aceitação de crenças, que é uma etapa (necessária, mas não suficiente) para se dizer que temos conhecimento, como veremos logo adiante.

Passamos agora a tratar sobre o processo de constituição de conhecimento retomando brevemente desde suas origens em Platão.

2.1.1 Breve discussão sobre a origem do conhecimento

A discussão sobre como entendemos conhecimento é de longa data. Já está nos tratados filosóficos desde a antiguidade grega, ao menos no Ocidente. O entendimento do que seja conhecimento



não é unívoco, há uma significativa variedade, mas por questão de escopo não aprofundaremos aqui.

Quando sabemos apertar um parafuso, trocar o pneu do carro, dirigir, andar de bicicleta ou executar qualquer atividade prática com o uso de nosso corpo e razão, dizemos que temos conhecimento por habilidade. Este é um tipo de conhecimento mais comumente chamado de ‘saber fazer’.

Já quando dizemos que conhecemos o dono da loja, o professor de filosofia, a cidade de Curitiba, temos o chamado conhecimento por familiaridade ou aproximação³. Em terceiro lugar, quando dizemos que sabemos que a soda cáustica sobre certos materiais provoca corrosão ou que determinado remédio traz tais e tais efeitos, dizemos que temos conhecimento de um fato. Aqui estamos falando de conhecimento por proposição. Os dois sentidos brevemente apresentados, a saber, conhecimento por habilidade e por familiaridade, não nos interessam aqui. Porém, o conhecimento de fato ou proposicional será objeto de nossa discussão neste texto.

O conhecimento de fato ou fatural é relatado por meio de proposições. Toda proposição é uma sentença ou asserção. Porém, nem toda asserção é uma proposição. Uma proposição é uma sentença declarativa sobre um fato no mundo, e pode ser verdadeira ou falsa. “Hoje está um dia lindo” é uma proposição.

³ Esta divisão não tem alcançado consenso entre os epistemólogos. Pois há, de um lado, a possibilidade de sustentar que conhecer uma pessoa, um lugar ou coisa deveria ser interpretado como nada mais que o conhecimento de certos fatos sobre alguém e que essa pessoa tem habilidade de distinguir uma pessoa de outros objetos. Por outro lado, há a afirmação que para conhecermos fatos, isso depende de estarmos familiarizados com objetos. Se a redução de um tipo de conhecimento a outro é uma atividade bem-sucedida, esta é uma questão bem controversa entre os estudiosos. (LOPES, 2006, p. 17).



Assim como “Estou sentado em uma cadeira de ouro” é uma proposição. A diferença é que esta é falsa. Embora desejasse estar sentado em uma cadeira tão valiosa.

Nesse sentido, toda proposição revela algo do mundo, traz informações organizadas. Podemos avaliar as proposições a partir de sua veracidade, ou seja, a partir da chamada verdade correspondencial. O que é isto? Embora não seja aqui o lugar, há quatro tipos de verdade⁴. Esta discussão fica para sua pesquisa e um outro texto.

Aqui nos interessa a verdade correspondencial, que é nada mais que a verdade aceita a partir da correspondência do conceito ou termo, ou ainda de uma proposição ao mundo dos fatos.

Por exemplo, quando dizemos: “Agora são 11 horas da manhã”, esta proposição é uma que será verdadeira se o seu sentido corresponde às horas que os relógios estão marcando neste momento, a saber, 11 horas da manhã. Assim dizemos que se há esta consonância, o que é dito ou expresso pela proposição corresponde ao mundo dos fatos.

Assim, podemos concluir que toda proposição expressa um juízo, um raciocínio, ou seja, é a expressão verbal de um pensamento ou ideia. O mesmo já não acontece com uma crença, que pode ser apenas uma opinião, e não necessariamente corresponde à realidade dos fatos. Por exemplo, alguém pode acreditar e dar a vida por uma opinião que o valor de um humano está diretamente relacionado ao quanto este trabalha, como é comum em nossa região, sem levar em conta o tipo e condições que está submetido no trabalho cotidiano. Ao fazer uma reflexão mais aprofundada, o trabalho será um valor importante para a vida humana, que a dignifica e a torna mais humana, se não for um trabalho que tolha

⁴ Cf. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Verdade e investigação. O problema da verdade na teoria do conhecimento. 2. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2020. v. 1. 230p.



sua capacidade intelectual, que não desgaste sua saúde, que não a aliene ou a torne cada vez mais arraigada nas trincheiras da escravidão e na condição desigual e mais desqualificada socialmente e humanamente.

O trabalho em si não dignifica, do mesmo modo como quase todas as coisas em si não significam nada, mas a partir do contexto e de suas reais consequências a longo prazo. Alguém pode trabalhar muito, 16 horas por dia, por exemplo, e ser visto como uma pessoa valorosa por isto, porém será valoroso se está num processo de alienação e autodestruição de suas capacidades intelectuais e de saúde a cada dia?

Valor para quem? Neste caso para o mercado, que precisa de mão de obra para produzir riqueza, que, na maioria das vezes, fica acumulada na mão de poucos. Sem contar que nos anos mais para o final da vida este tão valoroso humano poderá estar com sua vida debilitada, doente e não terá tido tempo suficiente para investir em sua formação e viver com qualidade e saúde. Há muito que se discutir a este respeito, porém não é aqui o lugar, talvez em um próximo texto que faça reflexões sobre ética, dignidade e integridade humanas.

Em síntese, uma proposição sempre é a expressão de uma realidade fatural, passível de constatação por qualquer pessoa não presa na subjetividade, como uma crença. Todas as sentenças interrogativas e imperativas não são proposições, uma vez que não são declarações sobre o mundo.

Sobre o conhecimento filosófico, objetivo de nossa discussão aqui, notamos que faz uso de proposições. Assim, o argumento, sempre será possível a partir de proposições⁵.

⁵ Aqui não trataremos sobre os tipos de argumentos, apenas do que é argumento, para ser possível a apresentação dos argumentos falaciosos.



Como já dito, a uma proposição conseguimos avaliar seu valor de verdade, ou seja, se é verdadeira ou não, a partir da análise de sua correspondência com o mundo real, enquanto de um argumento não avaliamos sua verdade ou falsidade, apenas sua validade. Avaliar a validade de um argumento é avaliá-lo logicamente, sua estrutura lógica enquanto tal, sem qualquer preocupação em compará-lo ao mundo real.

Assim, de um argumento podemos, usando a compreensão da lógica, determinar sua validade ou não, se é sólido ou correto, a partir da análise de sua forma como está posto e do seu encadeamento de raciocínio considerando os princípios da lógica. Da proposição já é possível avaliar sua verdade ou falsidade, isto é, estabelecer correspondência entre o que se diz e o que se entende por mundo externo à mente humana.

O argumento é objeto de estudo da lógica clássica. Não vamos tratar aqui as várias lógicas existentes⁶. Interessa-nos a Lógica Clássica, que trabalha com a binariedade, ou seja, validação a partir de proposição verdadeira ou falsa. Para Aguiar:

[...] O argumento, objeto da lógica clássica, é uma entidade composta de entidades mais simples chamadas proposições. Uma proposição é uma asserção declarativa, ou seja, que afirma ou nega um fato e tem um valor verdade, que pode ser verdadeiro ou falso (AGUIAR, 2021, p. 2).

Embora aqui não seja o lugar apropriado para tratar dos tipos de lógicas e argumentos e da análise de sua validade ou não, podemos esclarecer ao menos que um argumento dedutivo⁷ pode

⁶ A título de elucidação, há a lógica Paraconsistente, a Lógica Clássica, a lógica Modal, Deontica, Multivalente, Infinitária, Lógica da Relevância, Proposicional, e assim por diante.

⁷ Um argumento dedutivo é sempre aquele cuja conclusão decorre de suas premissas. Uma premissa é sempre uma proposição que antecede a conclusão em um argumento.



ser válido e correto quando suas premissas são verdadeiras e sua conclusão também é verdadeira. Para isto é necessário que a conclusão decorra de suas premissas.

O conhecimento nos exige a sua expressão através dos argumentos. Os argumentos permitirão sabermos se temos conhecimento ou não, seja lá qual a forma de sua expressão, que pode ser verbal, icônica, ilustrativa ou através de outros signos que não as palavras. Porém, na filosofia um argumento sempre é expresso e válido a partir de sua expressão através de proposições.

A compreensão da validade dos argumentos é fundamental para o entendimento e a aceitação de determinado argumento, desde que haja, minimamente, interesse no conhecimento.

Assim, ao revelar um fato, o fazemos através de um argumento.

No entanto, sabemos sobre um fato somente se temos crença verdadeira sobre ele. Contudo, somente algumas crenças verdadeiras podem ser intituladas de conhecimento. Qualquer crença que tenha origem num caso de sorte ou adivinhação, não merece ser tratada como conhecimento em seu sentido mais rigoroso (LOPES, 2006, p. 16).

Assim, as crenças não são suficientes para caracterizar conhecimento. Como já vimos acima, a crença por si mesma pode ser sobre qualquer coisa, pode revelar qualquer situação, mas pode também ser esquizofrênica ou falaciosa. Há critérios claros na filosofia para aceitarmos determinados tipos de crenças que são candidatas a contribuir para o que chamamos de conhecimento.

Uma das respostas sobre qual tipo de crença pode ser contada como conhecimento é que ela deva estar embasada em razões suficientemente boas a fim de ser aceita como conhecimento. Essas razões ou justificativas exigem uma relação do mundo exterior – correspondência – com a própria mente humana. Só assim poderemos aceitar uma crença de tal modo a ser possível a análise desta em comparação com fatos do mundo.



Trata-se do conhecimento proposicional, de fatos. Não se trata do conhecimento matemático ou puramente analítico.

Na tentativa de superar as ‘lacunas’ de nosso modo de pensar, isto é, encontrar meios satisfatórios que possam determinar o que realmente entendemos por conhecimento, há a preocupação em encontrar princípios gerais que sejam adequados para afirmar algum fato, mas, ao mesmo tempo, também princípios que deveriam ser adequados para rejeitar outras hipóteses que fossem incompatíveis com as que possuímos. Porém, tais princípios podem nos levar às respostas inesperadas no mais profundo quebra-cabeça e até mesmo ao ceticismo. Mas há também alternativas à tradicional tentativa de responder como uma crença pode ser transformada em conhecimento. Essa é a defesa que há alguma outra coisa além de boas razões que distinguem crença verdadeira de conhecimento (LOPES, 2006, p. 16).

Uma das tarefas do uso de princípios gerais da lógica é justamente compreender que o conhecimento não pode ser resultado de crenças que por um jogo de sorte revela que o mundo é como se acredita. Como, por exemplo, quando alguém aposta 6 números na Mega Sena e, por coincidência, são os números sorteados. Não se pode dizer que havia conhecimento neste caso, mas que por um jogo de sorte, uma aposta, o resultado coincidiu com os números apostados.

Logo, o conhecimento não é dado a partir do resultado de uma aposta, de uma coincidência. Na mesma linha, a crença verdadeira em si não é suficiente para aceitarmos que temos conhecimento. Ou seja, não basta que a crença seja verdadeira. É preciso mais um elemento: a justificação, as evidências ou as razões para aceitarmos determinadas crenças.

Chegamos à definição Tripartite apresentada por Platão em seus diálogos chamados Ménon e Teeteto. Em síntese, conhecimento é ‘crença verdadeira e justificada’.

[...] quando, pois, se forma uma opinião verdadeira sobre qualquer objeto sem justificação racional, a alma está na verdade a respeito



deste objeto, mas não o conhece. Com efeito, quem não consegue dar nem receber a explicação racional duma coisa permanece na ignorância acerca da mesma coisa; se, porém, juntar à opinião justa a explicação racional, tudo se lhe torna possível e ele possui a ciência perfeita [...] (PLATÃO, [20 _], p. 160).

Notamos que o conhecimento exige a crença verdadeira seguida de justificativa racional⁸. Em resumo, mera crença verdadeira não pode ser aceita como conhecimento proposicional, mas que contenha também a sua justificativa.

Nessa linha, aceitamos que o conhecimento exige justificativa racional e, obviamente, os critérios da lógica clássica para se evitar que caiamos em pseudo-argumentos falaciosos.

Há muitas crenças racionais e verdadeiras embasadas ou fundadas em raciocínios falaciosos. Ainda há crenças verdadeiras fundadas em outras crenças, que, por sua vez, são falsas. Nestes casos não admitimos que temos conhecimento. Ainda, podemos ter crenças verdadeiras produzidas por raciocínio correto e não termos conhecimento.

Por exemplo, posso ter a crença que meu vizinho foi até a padaria comprar pães, pois minha crença se sustenta corretamente pelo fato que o vi sair para ir até a padaria comprar pães. Eu o presenciei saindo da garagem com seu carro às 6 horas da manhã, fato esse que ocorre há anos. Não penso que foi à padaria simplesmente por esse fato ocorrer há anos, mas sobretudo por vê-lo saindo da garagem de sua casa dentro do carro afirmando à esposa que iria até a padaria comprar pães.

⁸ Esta definição Tripartite veio até 1963, quando um filósofo estadunidense chamado Edmund Gettier publicou um artigo e questionou a sua validade. Até hoje, há várias outras definições em discussão, mas que não serão tratadas aqui por não fazer parte do escopo deste estudo. Cf. LOPES, Claudemir Aparecido. **Justificação epistêmica**: uma análise do confiabilismo de Alvin Goldman.



Essa crença foi reforçada quando, dentro de poucos minutos, meu vizinho volta para casa com os pães na mão e me cumprimenta no quintal. Na sacola de pães está o timbre da padaria à qual costuma ir e ele me conta que acaba de ir até a padaria de costume comprar pães. Esses fatos me produzem a crença que meu vizinho saiu há poucos minutos, quando o vi, para ir até a padaria. De fato ele foi. No entanto, ocorreu que no intervalo que o vi saindo de casa até sua volta com os pães, ele tinha retornado à sua casa para pegar o guarda-chuva, fato esse que não vi acontecer. Nesse caso, não concordamos que eu sabia que ele tinha saído para ir à padaria quando o vi (LOPES, 2006, p. 16).

Notamos que há necessidade de acréscimo de algo a mais às crenças verdadeiras para deduzirmos conhecimento. Nestes casos, não houve má intenção ou raciocínio intencionalmente doloso, porém não há conhecimento.

Para além da análise do sentido das proposições, da sua relação com o mundo dos fatos, o que não é nada confortável intelectualmente falando, é preciso fazer a análise da estrutura da composição dos argumentos. Pois é na estrutura dos argumentos que se apresentam os enganos, as falácias que passam uma imagem de verdade, mas que são enganosos e mentirosas.

É isso que passamos a avaliar em seguida.

2.2 FALÁCIAS OU SOFISMAS

As falácias (ou sofismas) são discursos que apareceram já na antiguidade grega. Como já apresentado, são pseudo-argumentos e não argumentos, conforme concebido pela lógica clássica. O termo sofisma vem dos filósofos sofistas, contemporâneos de Sócrates, no século IV a. C. Eram eruditos itinerantes que ensinavam a retórica e a eloquência.

Os sofistas não tinham a preocupação central com a busca da verdade, e por esta razão se contrapunham, muitas vezes, às argumentações e debate filosófico tratado pelo filósofo



Sócrates, que ensinava que o objeto da filosofia deveria ser a busca da verdade.

O termo falácia origina-se do latim *fallacia*, do verbo *fallare* (enganar). Traz premissas falsas que têm aparência de verdade. Quanto ao seu adjetivo, ‘falaz’, significa um argumento inconsistente ou a pessoa que mente de maneira dissimulada (VESCHI, 2020).

Falácia significa, portanto, engano. É nada mais que erro lógico que engana e ludibria com conceituações equivocadas, preconceituosas e estereotipadas. Segundo o dicionário Oxford, falácias são erros embasados em falsas ideias (OXFORD, 2021).

Todo cidadão que considera importante a busca da verdade, mesmo que seja no âmbito da racionalidade dada pela lógica clássica, deve conhecer e pôr em prática a lógica, os sistemas inferenciais, e evitar o uso de falácias. Um dos pontos centrais a respeito da honestidade intelectual para se evitar erros de raciocínio é poder evitar cair em ciladas falaciosas ou sofisticas.

O intuito nesta discussão não é exaurir os tipos de falácias, uma vez que é demasiado extenso devido à quantidade de falácias existentes, mas trazer à tona apenas algumas mais comuns e corriqueiras para ajudar o leitor na análise e recusa deste tipo de tentativa de argumentação.

2.2.1 Tipos de falácias

Salientamos que iremos apresentar algumas falácias com o objetivo de contribuir com os discursos, especialmente os debates na escola, mas não somente, de tal modo a provocar uma melhor compreensão dos tipos de argumentações corretas conforme a lógica.

Uma falácia muito utilizada, especialmente com pessoas com pouca capacidade crítica, é a chamada falácia do “apelo



à novidade”. Este argumento é a defesa que o novo é sempre melhor, que as pessoas precisam sempre adotar o novo. Numa época em que os discursos de inovação estão em alta, este pseudo-argumento cai muito bem. A justificativa é que sempre devemos acolher o novo. Típico a corrida por um celular novo, mais moderno, com novo design, por exemplo. Muitas vezes, as novidades e funcionalidades no dia a dia nem sempre são usadas, mas importa que o novo é algo a ser adquirido.

Na linha inversa, também há um tipo de falácia de apelo à antiguidade. Aqui o discurso é que o antigo é sempre bom e melhor. A nostalgia faz parte desta argumentação. É uma falácia quando o quesito ‘verdade’ não é o que está em pauta, mas uma avaliação social, muitas vezes com raízes pragmatistas, ou seja, valor de utilidade.

Uma falácia muito comum é a chamada generalização apressada. A partir de observações particulares, sem levar em conta a cientificidade estatística do número da população e amostragem, generaliza-se algum fato ou evento, aplicando-se a observação particular para o todo. São os discursos rasos, tais como: os funcionários públicos não trabalham com rigor, não atendem bem. Os políticos são corruptos. Os motociclistas são ‘malucos’ e só andam em alta velocidade, e por aí afora.

Esta é uma das falácias mais corriqueiras, mas que merece atenção especial, pois é muito fácil aplicar a toda uma população de fenômenos a caracterização de dados particulares. Embora a ciência continue a proceder com o método indutivo, há o rigor do cálculo amostral, isto é, uma quantidade mínima dada pela estatística que se exige para permitir a possibilidade de que a afirmação seja uma ‘lei’ científica.

Uma falácia muito comum também é o “apelo à ignorância”. Esta se caracteriza pela aceitação de certa realidade já que não se pode



‘provar’ o seu ‘contrário’ e vice-versa. Por exemplo, alguém afirma que “Deus existe”, já que nenhuma pessoa no mundo não consegue provar que Ele não exista. Ou ainda: “Os fantasmas existem, já que ninguém prova a sua não existência”. Do mesmo modo, alguém defende a tese que determinado fenômeno não existe já que não se pode provar sua existência. Por exemplo: “Como os cientistas não podem provar que há o contágio do Coronavírus a partir dos morcegos, logo esta contaminação não existe”. Até o momento não foi provado, porém, talvez por falta de pesquisa apropriada ou outra circunstância que não é levada em consideração neste tipo de falácia. Em síntese, como não se prova sua verdade, assume-se que é falso, e vice-versa.

Há a falácia chamada “falso dilema”, na qual o argumentador elimina a possibilidade de haver outras alternativas além das duas possíveis. Nesta não se permite outras alternativas ou causas de certo fenômeno, mas apenas a binariedade, ou seja, ou isso ou aquilo. Ao criticar determinada agremiação partidária uma pessoa é julgada como se apoiasse e defendesse a agremiação opositora, sem levar em consideração as múltiplas agremiações políticas existentes. Nos dias atuais, esta falácia é muito presente no campo da política partidária, empobrecendo as autoanálises e revisão de conteúdos e propostas para suas melhorias.

Há ainda a falácia chamada “ambiguidade”. É comum o erro quando o argumentador faz uso de termos com linguagem de sentido ambíguo. A falta de clareza no uso dos termos ou conceitos provoca esta falácia. Pode ocorrer quando o mesmo termo é usado duas vezes na frase com sentidos distintos. “Toda a pandemia é um atraso na saúde das populações. Devemos evitar atrasos, pois os países em desenvolvimento estão muito atrasados, logo, a pandemia atrasa os países que estão em desenvolvimento”. A falácia ocorre uma vez que não interessa se em país em desenvolvimento ou desenvolvido uma pandemia



sempre trará prejuízos a todos os povos. Na segunda afirmação, o sentido de atraso foi o de “atraso no desenvolvimento”, o que envolve questões fortemente econômicas também, enquanto na primeira o sentido é de atraso na saúde das pessoas.

Há a falácia do “espantinho”, na qual se tenta aniquilar o argumento do interlocutor por desqualificar ou enfraquecer o argumento apresentado para impor a posição de quem ataca o argumento alheio. Há a tentativa em desvirtuar o argumento do interlocutor para facilitar o ataque ao oponente. Ao sujeito que defende o investimento em educação, por exemplo, o interlocutor se diz surpreso em notar que seu defensor não gosta dos militares, que mereceriam um aumento de salário já que são os defensores da segurança das cidades.

A “falácia da falsa causa” também ocorre com muita frequência quando se atribui determinada causa a um fenômeno, sem levar em consideração outras centenas de causas possíveis. Estabelece-se relação entre causas e consequências sem que de fato tenha-se mostrado cientificamente qualquer relação necessária. O fato de dois eventos ocorrerem conjuntamente, não necessariamente um é causa de outro. Por exemplo, “O aluno Joãzinho não estudou e não aprendeu o conteúdo, pois alcançou uma nota 3,0 na avaliação”. É preciso avaliar se a prova não estava exigente para além das explicações do professor, se o estudante não estava com alguma carga emocional forte na realização da avaliação, e assim por diante. Não necessariamente uma nota baixa é sinônimo de não aprendido. Há outras causas possíveis.

Pode ocorrer também coincidências inversas, ou seja, por mero ‘chute’ o estudante acertar a resposta, não significando necessariamente ter aprendido o conteúdo porque alcançou uma nota acima de 8,0, por exemplo. Nota-se aqui a necessidade



de análise de conjuntura, antes da afirmação categórica do aprendizado, neste caso, atribuído como demonstração necessária em alguma prova específica.

A próxima falácia é a chamada “apelo à emoção”. É comum o apelo emocional tentar convencer o interlocutor, sem correção racional e lógica em determinada argumentação. Um pai pode, por exemplo, induzir seu filho a comer certo tipo de comida porque há, no mundo, muitas crianças que não têm o que comer.

Outra falácia bem comum é a chamada “contra o homem”. São ataques pessoais, e não contra-argumentos racionais. Ocorre quando o debatedor contra-argumenta seu oponente atacando sua pessoa, personalidade, características pessoais, físicas, psicológicas ou atitudes para rebater o argumento apresentado. Um filho pode contrariar os pais que defendem a necessidade de estudar afirmando que os pais não podem cobrá-lo tal atitude, já que estudaram até a segunda série do primário apenas.

A falácia de “apelo à população” é também bastante comum. Como a maioria das pessoas aderem a certa realidade, torna-se objeto de aceitação e defesa do debatedor, conspirando que a maioria das pessoas aceitam certas proposições. Como exemplo, citamos que em uma loja uma vendedora tenta convencer uma cliente sobre certo tipo de blusa, que é boa, está na moda, ao argumentar que: “É só o que está vendendo este modelo de blusa, todos estão comprando”. A moda é uma área que leva muitas pessoas preocupadas a acompanhá-la, e por isso a necessidade em comprar certos produtos (Difícil aceitar, mas ocorre).

O “apelo à autoridade” é outra falácia muito frequente. Ocorre quando uma pessoa tem certa autoridade social ou estrutural em determinada área e faz afirmações em área que não conhece, não domina, e acaba por convencer os incautos pela ascensão social que tem sobre a sociedade. Como exemplo citamos um



ator famoso que faz publicidade de determinado remédio e, pela autoridade social que é, convence muitas pessoas a adquirirem tal remédio. O ator é biomédico, médico, farmacêutico? Não. Estudou sobre as propriedades e efeitos do remédio? Não. Foi um jogo de marketing apenas. Ou seja, a influência social de um ator famoso leva muitas pessoas a consumirem determinado produto, seja estético, vestimenta ou afins.

Temos a falácia do “apelo à força” que é a tentativa de convencer o outro a partir do uso da força psicológica ou do poder que o argumentador tem por ocupar alguma posição social privilegiada. O patrão que diz ao funcionário: “Aceite minha proposta salarial e faça bem seu trabalho, e não se esqueça de quem paga seu salário”, por exemplo.

Falácia muito corriqueira também é a do “apelo à piedade”. Muito parecida com a falácia do “apelo à emoção”, esta ocorre ao argumentar usando o lado emocional e pedindo piedade ao interlocutor. Convence não pela força lógica, mas por mexer com o sentimento alheio. Quando alguém bate à nossa porta e pede comida ou dinheiro contando uma história triste, de uma vida sofrida, convence pela conexão com a bondade do dono da casa, não pela força do argumento racional.

Por fim, a falácia da “negação do antecedente”. Ocorre quando o argumentador confunde condição suficiente com a condição necessária. Faz uso de uma proposição condicional, do tipo “se... então” e acaba por convencer o seu ouvinte. Esta é uma falácia do tipo: “Se P, então Q; Não P; Logo, não Q”. Entendemos ‘P’ como uma proposição qualquer, que leva até ‘Q’. Na falta do caso ‘P’, o argumentador defende que logo faltará o ‘Q’.

Como exemplo podemos dizer que alguém afirme: “Se você for uma pessoa trabalhadora, então você fará uma boa graduação na melhor universidade particular do Estado. Você não é trabalhador



enquanto jovem. Logo, não fará curso de graduação na melhor universidade particular”. Notem, ser trabalhador não é a única condição para se fazer um curso em uma boa universidade. É preciso considerar que um estudante pode conseguir uma bolsa de estudo, ter pais ou padrinhos que paguem seu curso, e assim por diante. Um jovem pode se dedicar aos estudos na Educação Básica e por mérito ter uma boa formação básica até acessar uma universidade e, aí sim, iniciar sua vida de trabalho.

Aqui discorreremos brevemente sobre algumas falácias mais corriqueiras, portanto há muitas outras que podem ser estudadas e usadas para melhor prosseguir em um bom e salutar debate. As discutidas aqui servem como ponto inicial para contribuir com o leitor, provocando curiosidade e reflexões para aprimorar sua capacidade de raciocínio com honestidade intelectual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto procurou tratar brevemente de algumas falácias mais presentes em nossas convivências cotidianas. Não teve a preocupação em exaurir o tema e nem mesmo usar uma linguagem demasiado prolixa ou rebuscada, tentando auxiliar a compreensão do leitor.

A discussão sobre os processos inferenciais são elementos necessários e imprescindíveis na formação de todo cidadão. A arte do bom argumento perpassa não apenas o domínio da gramática, da boa escrita, mas sobretudo do bom raciocínio lógico-matemático. Pensar corretamente leva ao comportamento correto, seu inverso não procede.

A intenção do texto é provocar reflexões e chamar a atenção para os discursos fáceis e convincentes, muitas vezes presentes com muita força em nosso cotidiano. Desarticular este tipo de pseudo-argumentos deveria ser compromisso de todo educador.



Concluímos que o debate precisa levar em consideração as regras lógicas, que vão muito além dos conteúdos apresentados aqui, obviamente. Superar a visão distorcida e falaciosa não é tarefa fácil e não ocorre com facilidade, é preciso muita disciplina e dedicação.

Esperamos que as provocações apresentadas suscitem muitos debates minimamente lógico-rationais e que despertem interesses em aprofundar o conhecimento sobre as mais variadas facetas da bela forma da argumentação saudável e filosófica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sérgio da Silva. **Introdução à Lógica matemática**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3xOVOHe>. Acesso em: 15 ago. 2021.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: UNESP, 2002. 359 p.

LOPES, Claudemir Aparecido. **Justificação epistêmica: uma análise do confiabilismo de Alvin Goldman**. 2006. 108 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2Xk7vJp>. Acesso: 14 ago. 2021.

MICHAELIS. Sofisma. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://bit.ly/2VPHKAB>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MORTARI, Cezar A. **Introdução à lógica**. São Paulo: UNESP, 2001

OXFORD **Leaner's dictionaries**. Disponível em: <https://bit.ly/3ANK6yn> Acesso em: 12 ago. 2021.



PLATÃO. **Teeteto ou da Ciência**. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada. Tradução, Prefácio e notas de Fernando Melro. (Coleção: Cadernos Culturais). [20].

TASSINARI, Ricardo P. **Formalização de argumentos**. Departamento de Filosofia. Universidade Estadual de Marília-SP. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2XuJI9U>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de falácia**. Etimologia: origem do conceito. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37N9ZC0>. Acesso em: 15 ago. 2021.





O DEBATE COMO UM ESPORTE: Entendendo as regras do jogo

3

ANDRADE, Clarissa Dias Rodrigues
MACHADO, Miguel

1 INTRODUÇÃO

Certamente, jamais deve ser questionada a importância da habilidade de dialogar, debater e argumentar para a construção da sociedade atual. De acordo com Paulo Freire: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987, p. 78). Assim, torna-se claro que o uso da palavra por meio do diálogo é fundamental para o desenvolvimento humano. Adicionalmente, tal frase explicita a forte relação entre a formação da sociedade e a prática da argumentação e do debate, visto que foi pela sua utilização que os homens decidiram que caminhos seguir, que decisões tomar, não sendo possível imaginar algo concreto sem a sua existência.

Vive-se em uma sociedade fundada por pilares construídos durante milhares de anos, e que possuem sua estrutura moldada de acordo com a necessidade da sociedade contemporânea ao momento. Um dos pilares mais importantes é justamente o diálogo, sendo esse o principal facilitador da convivência humana.

O exercício de dialogar, buscar argumentos para a defesa de certo ponto de vista, tese ou opinião, é a base para o desenvolvimento



de uma sociedade fomentada por um pensamento crítico. Ainda, é por meio dessas ferramentas que se pode alcançar o progresso por meio da superação de barreiras sociais impostas pela falta de debate e convivência harmoniosa.

Em contrapartida, na atualidade, os indivíduos vêm perdendo a liberdade de expor suas ideias, em um processo de repressão de opiniões. Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que a falta do debate em uma sociedade gera diversos impactos negativos na dinâmica de interação entre os seres, como a intolerância. Isso ocorre porque o ser humano frequentemente não consegue sustentar um diálogo sem tentar ferir os ideais do próximo, optando por ridicularizá-lo. Segundo Jessika Peixoto (2021a):

Hoje vivemos numa lógica de competitividade tóxica, mas existe o respeito. A gente acha que ganhar um debate é estar certo e pronto, mas o debate é sobre saber ouvir. Tem que prestar atenção, anotar, enxergar as falhas e entender o que é importante.

Em meio a esse cenário marcado pela opressão, o debate competitivo surge como uma possibilidade de evolução. Essa seria a forma mais pura de um confronto apenas argumentativo, livre de preconceitos e falácias muitas vezes proferidas. Dessa forma, há a esperança de uma sociedade mais pacífica e contemplativa.

2 O DEBATE COMPETITIVO

Segundo Paulo (2018, p. 1):

Os debates competitivos são simulações em que existe uma competição entre debatedores e que são eleitos vencedores aqueles que cumprirem uma lista de critérios baseados, de um modo geral, em conteúdo, estilo e estratégia.

Dessa forma, durante um debate, ocorre um embate argumentativo entre ideias discutidas por participantes de lados opostos – frequentemente divididos em proposição e oposição.



Aqueles que concordam com o conteúdo proferido pelo tema do debate fazem parte do lado que propõe, já aqueles que se opõem ao tema pertencem ao lado da oposição (AMERICAN, 2021). Adicionalmente, o objetivo desse esporte é desenvolver linhas de raciocínio lógico voltadas ao convencimento de determinado grupo acerca de um tema.

Em um debate competitivo são valorizadas, principalmente, as expressões e argumentos dos debatedores, tendo esses que defender por que suas ideias são melhores ou piores que as apresentadas por seus oponentes. Ademais, são valorizados argumentos concretos e racionais que diferem de afirmações, dizeres e achismos (DIOGO, 2016). Em outras palavras, quando visa-se convencer e evidenciar a veracidade de certo ponto de vista, deve-se desenvolver o argumento de modo que esse passe a ser algo mecanizado e intuitivo.

2.1 ELEMENTOS DE UM DEBATE COMPETITIVO

O desenvolvimento do debate competitivo enquanto uma atividade ocorre por meio da compreensão das regras e dos elementos que compõem um debate. Por esse motivo, é fundamental que os debatedores conheçam bem o regulamento e os elementos constitutivos do debate.

2.1.1 Moção

O debate competitivo é repleto de elementos necessários para a sua execução. Dentre eles, a moção de um debate é essencial para o seu pleno entendimento. Essa é o principal tema a ser defendido ou desbancado durante o confronto argumentativo. Ainda, a interpretação de uma moção é vital para um bom exercício do debate, já que ditará os rumos argumentativos e refutativos a serem seguidos (QUINN, 2005).



Em um debate, há dois tipos de moções: as previamente definidas, que são divulgadas com maior antecedência, e as entregues apenas uma hora antes do início do debate. Assim, torna-se evidente que a prática do debate é baseada na utilização do raciocínio lógico para a fomentação de argumentos. Além disso, com o objetivo de tornar mais tangível a ideia sobre o que é uma moção, traz-se um exemplo a seguir: ‘Esta Casa implementaria o parlamentarismo no Brasil’ (USP, 2021). Cabe destacar que “Esta Casa” representa as noções que, frequentemente, o lado afirmativo deverá defender ou se opor.

Adicionalmente, moções podem ser divididas em três tipos principais: moções de valor, de police e de agente. Moções valorativas irão discutir sobre os benefícios ou malefícios de um determinado conceito ou variável em comparação com seus próprios critérios. Um exemplo é: ‘Esta Casa acredita que a Primavera Árabe fez mais mal do que bem’ (DEBATING, 2019).

Já as moções de police requerem que os debatedores criem uma política ou estrutura real que resolva ou melhore uma determinada situação apresentada na moção a ser debatida. Na moção a seguir: ‘Esta Casa criaria cotas para mulheres em cargos públicos elevados’, deve-se estabelecer a forma com que tais cotas seriam criadas e empregadas (DEBATING, 2019).

E, por último, as moções de agente são caracterizadas pela necessidade de considerar a mente do ator como decisiva para suas ações. Portanto, nesses casos, deve-se agir da maneira mais próxima que o indivíduo ou órgão destacado na moção se comportaria.

Ainda, caso necessário, faz-se importante estabelecer definições sobre a moção, por exemplo, esclarecer os significados de determinadas palavras que podem assumir um sentido ambíguo durante o debate. Destaca-se que nem sempre palavras em uma



moção devem ser lidas com base em seu sentido literal, tendo em vista que podem assumir diversos significados semânticos, dependendo do contexto em que estão inseridas. E, por fim, deve-se, ao analisar a moção, buscar o problema que será discutido durante o confronto argumentativo (QUINN, 2005).

2.1.2 Draw

Estabelecida então a principal temática que o debate deverá seguir, a próxima etapa será definir qual equipe será enfrentada e de qual lado o debatedor estará. Esse processo de definição de equipes, em conjunto com a determinação de qual grupo será afirmação e oposição é chamado de Draw.

Dependendo do modelo, para as moções previamente definidas, a divulgação do Draw pode variar entre dez e quinze minutos antes do início do debate em si. Dessa maneira, fazendo com que as equipes não saibam se irão defender ou se opor à moção, assim, tendo que desenvolver argumentos dos dois lados. Já para as moções divulgadas com menor tempo de antecedência, os debatedores já possuem conhecimento acerca do Draw, podendo dedicar-se completamente a um determinado lado argumentativo.

2.1.3 Tipos de argumento

Existem, basicamente, dois tipos de argumento em um debate competitivo. Primeiramente, há o argumento substantivo que é preparado em favor do lado designado à equipe. A seguir, há o argumento refutativo voltado a atacar os argumentos do time opositor. Simplificando, o argumento substantivo tem o intuito de mostrar por que o lado defendido pela equipe é o correto, e o argumento refutativo deve evidenciar por que a equipe opositora está errada (QUINN, 2005).

Ainda, um bom argumento substantivo deve seguir características estruturais visando torná-lo o mais claro possível.



Assim, é essencial que haja uma integração entre o conteúdo que forma um argumento e a estratégia que será utilizada para expô-lo. Por fim, um argumento refutativo deve ser estruturado com base nos pontos mais fracos e, possivelmente, falhos realizados pela equipe oposta (QUINN, 2005).

2.1.4 Prep Time

O Prep Time, ou tempo de preparação, representa o tempo de preparação disponível durante o debate. Logo, é essencial que a equipe trabalhe em conjunto visando à criação de argumentos tangíveis e impactantes. Para isso, existem certos questionamentos que podem ser feitos com o intuito de desenvolver linhas argumentativas concretas. Tais perguntas irão contribuir para a caracterização do cenário no qual o principal problema da moção está inserido e quais indivíduos estão envolvidos nesse contexto.

Algumas dessas perguntas são (PEIXOTO; GUIA, 2021):

1) Qual o *status quo* em que este tema está inserido?

O *status quo* representa o cenário no qual a moção está inserida. Dessa forma, deve-se compreender que fatores são determinantes em certo contexto e quais deles tornam-se mais relevantes. Além disso, deve-se especificar quem são os principais envolvidos e de que forma são afetados em diferentes cenários propostos.

2) Que problemas a moção deseja resolver?

Os problemas de uma moção podem ser interpretados como as variáveis de cenários que existem dentro do *status quo*. Ou seja, são os pontos mais sensíveis dentro de uma moção que merecem mais atenção, já que possuem a capacidade de, por exemplo, afetar um maior número de indivíduos, impactar profundamente determinado grupo, entre outros.



3) Que agentes são envolvidos e impactados por meio deste debate?

Trabalha-se na caracterização dos indivíduos afetados de forma a considerar seus incentivos para realizarem determinada ação, a relação que possuem com a realidade, como suas mentes funcionam, entre outros. Dessa forma, pode-se desenvolver argumentos mais completos que abrangem diversos fatores essenciais para o seu sucesso.

4) Quais métricas importam neste debate?

Inicialmente, faz-se importante esclarecer o sentido de métrica. Métrica, dentro de um debate, é a maneira pela qual os argumentos serão sobrepesados. Por exemplo, quando perguntasse: “Qual a sua fruta favorita?”, pode-se obter inúmeras respostas com base em diferentes métricas. Pode-se escolher a preferida baseando-se nas cores das frutas, nas texturas, tamanhos.

Assim age a métrica, valorando os argumentos de acordo com determinado padrão. Portanto, em um debate, podem existir diversas métricas acerca de um tema.

2.1.5 Ponto de Informação

O **ponto de informação (POI)**, é descrito por Rocha (2018, p. 10) como:

[...] é uma intervenção que um debatedor que não está discursando pode fazer durante um discurso da bancada oposta. Essa intervenção pode se caracterizar por uma pergunta ou uma observação acerca de uma fonte, argumento, comentário [...].

Por interferir no discurso do opositor, o ponto de informação representa uma ferramenta para desestabilizar o oponente, pois é capaz de desconstruir um argumento fragilizado. Além disso, todos os debatedores podem realizar POI; logo, é de suma importância saber ouvir e compreender os argumentos dos



adversários. O ponto de informação, sobretudo, é uma maneira de engajar com a equipe adversária a fim de tornar o debate mais dinâmico (ROCHA, 2018).

Porém, há algumas regras que devem ser respeitadas para se fazer um ponto de informação. Primeiramente, pontos de informação só podem ser realizados após o primeiro minuto de discurso e antes do último minuto. Ainda, cabe ao debatedor que está discursando aceitar ou não o POI feito pelo adversário, e destaca-se que o orador não possui a obrigatoriedade de aceitá-lo imediatamente (ROCHA, 2018).

Em questões mais técnicas, o debatedor possui no máximo quinze segundos para realizar o ponto de informação. Ademais, é vedado ao orador realizar POI para alguém de sua equipe. Por fim, incentiva-se que, a cada discurso, dois pontos de informação sejam aceitos (ROCHA, 2018).

3 FUNÇÕES DE CADA DEBATEDOR

As funções destinadas a um orador dentro de um debate competitivo estão diretamente relacionadas à ordem de fala que esse ocupa. Portanto, ao depender da posição, o papel do debatedor dentro de um confronto argumentativo é variável e passível de singularidades. Assim sendo, destaca-se que as funções de cada debatedor nos modelos Parlamento Britânico (*British Parliamentary*) e *World Schools Debating Championship* (WSDC) – que serão explorados ao longo do capítulo – possuem características semelhantes.

3.1 PRIMEIRO DEBATEDOR DA PROPOSIÇÃO

O primeiro orador do debate tem como principal função introduzir aos demais debatedores e juízes o escopo do debate, ou seja, seus conceitos fundamentais. Além disso, é essencial que sejam explicitados os motivos pelos quais está sendo realizado



determinado debate, evidenciando problemas da realidade e seus impactos. Soma-se a isso a função de estabelecer definições necessárias para o melhor desenvolvimento do debate. Ademais, é papel do primeiro debatedor iniciar o desenvolvimento de argumentos que defendem o seu lado da moção (PEIXOTO, 2021b).

Ao contrário dos demais debatedores, a primeira fala discursiva da afirmação não terá a oportunidade de refutar, diretamente, os argumentos opositores. Assim sendo, é vital que essa tenha a capacidade de desenvolver de forma clara e concreta alguns dos argumentos de sua bancada visando estruturar os próximos discursos de seus companheiros de equipe. Chama-se a atenção para o fato de que, caso a moção possua valor de police, é obrigação desse debatedor expor o seu modelo de política pública (PEIXOTO, 2021b).

3.2 PRIMEIRO DEBATEDOR DA OPOSIÇÃO

O papel do primeiro debatedor da oposição possui aspectos semelhantes ao orador que o antecede. Cabe a ele desenvolver alguns dos argumentos mais fortes de sua equipe e estabelecer definições acerca do debate, caso considerar necessário. Adicionalmente, o primeiro orador da oposição deve engajar com as ideias propostas pela bancada do governo, de modo a apontar falhas lógicas e argumentativas (PEIXOTO, 2021b).

3.3 SEGUNDOS DEBATEDORES (PROPOSIÇÃO E OPOSIÇÃO)

Os segundos debatedores possuem a função de refutar os argumentos até então desenvolvidos pelo time da oposição, além de desenvolverem mais um argumento a favor de sua equipe. Portanto, durante esse discurso, incentiva-se que os oradores



dividam-no de forma a separá-lo em argumentos refutativos e argumentos substantivos. Por conta disso, são capazes de adicionar novas linhas lógicas ao debate, tornando-o mais completo (PEIXOTO, 2021b).

Ainda, é papel do segundo orador reparar ataques argumentativos sofridos pelo seu caso, buscando torná-lo mais concreto e viável. Portanto, a habilidade de ouvir os discursos já proferidos é essencial para uma excelente construção de caso argumentativo. Por conseguinte, os segundos debatedores devem, novamente, reiterar os principais motivos pelos quais seus argumentos se sobressaem em relação à outra equipe (PEIXOTO, 2021b).

3.4 TERCEIROS DEBATEDORES (PROPOSIÇÃO E OPOSIÇÃO)

No momento de fala dos terceiros oradores todos os argumentos construtivos já foram expostos e, frequentemente, disputados por ambas as equipes. Por esses fatores, é responsabilidade desses o fortalecimento de seus pontos de persuasão. Ou seja, deve-se garantir que o adjudicador esteja ciente da estrutura argumentativa de sua equipe e que ele esteja inclinado a seu favor (PEIXOTO, 2021b).

Durante esse discurso é proibido o desenvolvimento de novas linhas argumentativas. Entretanto, é permitido e encorajado a criação de novas análises voltadas aos argumentos feitos anteriormente. Logo, em suma, o trabalho do terceiro orador é deixar claro por que determinada equipe está ganhando o debate através da exposição dos principais eixos temáticos discutidos durante o embate (PEIXOTO, 2021b).

Dessa forma, deve-se trazer uma análise justa, comparando os principais embates disputados pelas duas equipes, também



conhecidos como clashes, mostrando porque determinada equipe se sobressai em relação às ideias trazidas pelos adversários. Portanto, deverão ser comparadas as partes construtivas dos discursos precedentes. Por isso, um bom comparativo poderá e irá trazer muitos pontos a favor e, possivelmente, a vitória (PEIXOTO, 2021b).

3.5 QUARTOS DEBATEDORES (PROPOSIÇÃO E OPOSIÇÃO)

O quarto discurso é caracterizado por apresentar uma visão geral das questões mais importantes em debate. Novamente, o quarto orador não deve introduzir novos argumentos, tendo em vista que possui somente quatro minutos para proferir o seu discurso. Dessa forma, devem destacar em termos gerais os principais embates ocorridos de maneira que o favoreça (PEIXOTO, 2021b).

Em razão da dinâmica existente dentro de um debate competitivo, a realização do último discurso é restrita aos primeiros ou segundos debatedores. Logo, cabe a eles realizar uma análise avaliativa de cenários e possibilidades existentes dentro do debate. Em outras palavras, o orador deve entender todo o contexto discutido durante o confronto e descrever como ele foi vencido por sua respectiva equipe (PEIXOTO, 2021b).

4 OS FORMATOS DE DEBATES COMPETITIVOS

Ao longo de mais de duzentos anos de história, o debate competitivo vem passando por cada vez mais adaptações e alterações na sua estrutura. Por conta disso, há o surgimento de diversas estruturas de debates, tais quais os modelos *British Parliamentary* (BP) ou Parlamento Britânico, e o *World Schools Debating Championships* – Campeonato mundial de debates



escolar – (WSDC). Ainda, ambos são utilizados nos mais importantes torneios de debates do mundo (DIOGO, 2016).

4.1 BRITISH PARLIAMENTARY

O debate competitivo baseado no modelo *British Parliamentary* é o mais tradicional e antigo de todos, tendo surgido há mais de 200 anos, na Inglaterra. Além disso, é baseado no parlamento britânico, sendo dividido em governo ou defesa, e oposição (DIEGO, 2016). Neste modelo, os debatedores são divididos em 4 duplas, sendo essas a abertura do governo, a abertura da oposição, a conclusão do governo e a conclusão da oposição. Cada um dos oito debatedores deve realizar um discurso de 7 minutos (WHAT, 2020).

Nesse sentido, há uma ordem de falas a serem seguidas. Essas são iniciadas pela fala do primeiro debatedor do lado do governo, chamado de 'Primeiro-Ministro'. Logo em seguida, o primeiro orador da bancada da oposição tem direito de fala, sendo chamado de 'Líder da Oposição'. Posteriormente, o segundo debatedor do governo e da oposição devem realizar os seus discursos, sendo conhecidos como 'Adjunto do Primeiro-Ministro' e 'Adjunto do Líder da Oposição' respectivamente (WHAT, 2020).

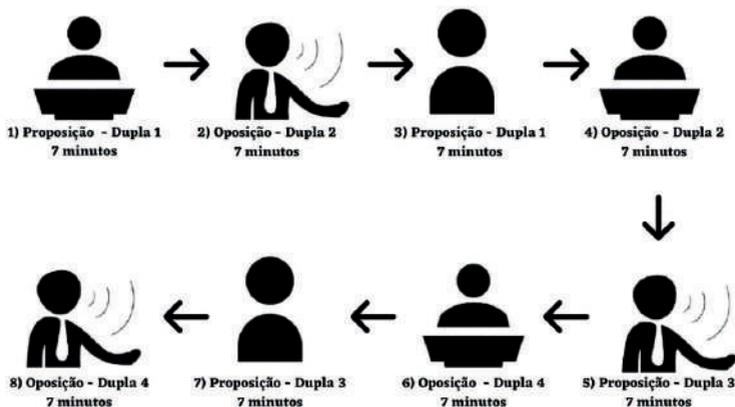
Em seguida, os terceiros debatedores das duas bancadas realizam o uso do tempo de fala, sendo reconhecidos como 'Membro do Governo' e 'Membro da Oposição'. Por fim, os quartos e últimos debatedores de ambas as equipes discursam, e são nomeados como 'Whip do Governo' e 'Whip da Oposição' (WHAT, 2020).

Nesse sentido, uma das principais características desse modelo é o fato de que os debatedores não escolhem suas posições de ordem de fala ou de bancada. Por conta disso, tais escolhas são realizadas por meio de um sorteio e, adicionalmente,



o tempo de preparação das equipes para moções não divulgadas previamente é de quinze minutos (UFRGS, 2019).

Figura 1 – Ordem de discursos *British Parliamentary* (Parlamento Britânico)



Fonte: Adaptado de UFRGS, 2019.

4.2 O MODELO WSDC

O modelo *World Schools Debating Championship* é o atual formato utilizado para o torneio internacional de debates para alunos do ensino médio. Nesse modelo são apenas permitidos três debatedores por rodada, dentro de uma equipe de até cinco pessoas. Assim, durante o debate são realizados oito discursos em total, sendo quatro feitos pela bancada do governo e quatro realizados pela bancada da oposição (PEIXOTO, 2021b).

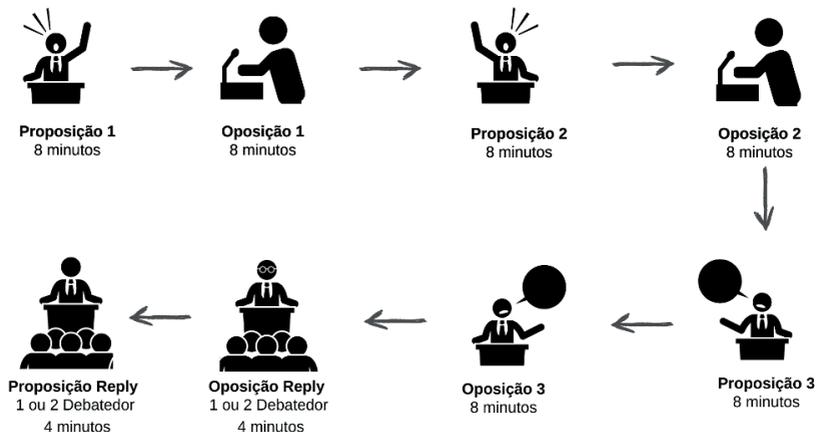
Adicionalmente, os três primeiros discursos de ambas as equipes possuem tempo máximo de oito minutos de duração e se alternam entre afirmação e oposição. Após isso, dois discursos de até quatro minutos são executados com o intuito de finalizar o debate (PEIXOTO, 2021b).

Em relação ao tempo de preparação para cada debate, no modelo *Schools* tem-se disponível uma hora de *Prep Time* para temas não divulgados. Logo, percebe-se que as principais



diferenças entre o modelo Parlamento Britânico e WSDC se enquadram no tamanho das equipes, no tempo de discurso disponível e no tempo de preparação destinado aos debatedores.

Figura 2 – Ordem de discursos World Schools Debating Championship (WSDC)



Fonte: Adaptado de Jenns, 2016.

5 O FIM DO DEBATE

Após o fim do último discurso, finalizado pelo quarto debatedor da defesa, os adjudicadores (juizes) encerram o debate e se reúnem para, com base em critérios já preestabelecidos, julgarem cada um dos discursos separadamente e o debate como um todo. Assim, definirão o vencedor do embate. Há, ainda, um momento de *feedback* após a divulgação dos resultados, para que os participantes possam, futuramente, corrigir possíveis erros no seu discurso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate como esporte, antes de tudo, é uma das principais ferramentas para que se alcance o progresso discursivo. Então, é inegável a importância e a capacidade dessa atividade para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para



o desenvolvimento de cidadãos. Pode-se depreender, segundo Parcher (1998, p. 1, tradução nossa) que as principais áreas desenvolvidas são:

A literatura sugere que os debatedores se beneficiam em pelo menos três áreas. Em primeiro lugar, a competição forense melhora nos alunos habilidades de comunicação. Em segundo lugar, a perícia fornece uma experiência educacional única, por causa da forma como promove profundidade de estudo, análise complexa e pensamento crítico focado. Terceiro, a perícia oferece uma excelente preparação pré-profissional.

Assim sendo, o debate competitivo pode ser visto como um impulsionador e gerador de novas perspectivas e habilidades essenciais para o ser humano. Nesse sentido, desenvolve-se a percepção de que tudo é defensável ao juntar bons argumentos, concordando ou não com o tema proposto. Assim, pode-se transformar os cidadãos em melhores ouvintes, abertos para possíveis novas ideias, em busca da superação de um período marcado pela opressão.

A partir do momento que todos estão completamente inseridos neste ambiente, há um misto interessante de emoções intensas. A vontade de superar o adversário que o desafia, o alívio, quando um discurso inicial se encerra e, muitas vezes, o sentimento máximo, que é o de conquista, quando ganha-se um debate. Portanto, um debate, igualmente a uma partida de futebol repleta de emoções, exige esforço, prática e, acima de tudo, paixão.

Assim como qualquer outra atividade esportiva, o debate requer atenção, foco e estratégia, visando alcançar o melhor desempenho em um discurso. De acordo com Shurter (1908, p. 11, tradução nossa): “Talvez nenhum estudo se iguale ao debate na aquisição do poder de lógica e pensamento combinado com expressão clara”. Dessa forma, torna-se claro que o debate instiga



o crescimento dos partícipes em todas as áreas e os motiva a evoluírem como pessoas.

Entretanto, infelizmente, poucas vezes é valorizada a verdadeira função que este esporte exerce na formação das novas gerações. Ignora-se o fato de que o movimento de debates engloba toda uma comunidade. Assim sendo, segundo Parcher (1998, p. 2), “A estreita relação entre um treinador de debate e debatedores é outra razão para o valor único do debate”. Por estarem inseridos nesse ambiente de alta exigência e produção mental, a relação entre o treinador e os próprios debatedores traz um ganho mútuo, visto que os alunos têm uma grande influência em se comprometer na busca pela evolução e desenvolvimento intelectual. Enquanto para os treinadores e incentivadores a relação com seus alunos promove um maior dinamismo e interação nas aulas, aprimorando assim suas técnicas de ensino (PARCHER, 1998).

Portanto, o envolvimento de estudantes, professores e cidadãos pode ser o ponto de partida para a resolução da atual crise de liberdade de expressão e respeito à dignidade do próximo que vem assolando e atrasando o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o debate sob a ótica competitiva, ou seja, de forma pura e organizada, quebraria as barreiras geradas pelos preconceitos e pela polarização, transformando as novas gerações em cidadãos pensantes e preocupados com os rumos a serem seguidos.

Adicionalmente, segundo o educador e filósofo Paulo Freire:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Logo, pode-se concluir que o diálogo, que fomenta a base para o debate, é a maneira pela qual os homens são capazes de prosperarem. Finalmente, declara-se vitória à tolerância, ao diálogo e à evolução social.



REFERÊNCIAS

AMERICAN Debate League. **What is debate?**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37KlzwS>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DEBATING. **The Debate Guide: how does a debate work?**. The American School Foundation. Ciudad de México, 2019. Disponível em: <https://www.asf.edu.mx/learning/events/asomex-debate-tournament/debating>. Acesso em: 12 ago. 2021.

DIOGO, [s.n.]. **Introdução ao Debate em BP**. 28 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2VM1STK>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JENNS, Matthew. **Introduction to WSDC Format**. English-Speaking Union. 7 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xlniOF>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MICHEREFF JUNIOR, Vilmar. **Eleições nas Universidades Federais: Um Estudo de Caso na UFSC**. 2017. 330 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Cv99YI>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PARCHER, Jeffrey. **The value of debate**. Report of the Philodemic Debate Society. Washington: Georgetown University, 1998. 11p.



PAULO, Luísa Paulo. **Como usar este manual**. In: NOGUEIRA, Nadja Ponte (org.). Manual de Debates Competitivos. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Debates IBD, 2018. E-book. p. 1-2. Disponível em: <https://bit.ly/3iNpSyY>. Acesso: 20 jul. 2021.

PEIXOTO, Jéssika. **Manual básico schools**. [S. l.], 27. mai. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3xHtjeJ>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PEIXOTO, Jéssika. **‘Políticos não sabem debater’**: como é um campeonato de debates com mulheres. [Entrevista concedida a] Breno Damascena. TAB Uol, 06 mar. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/2VDHHYw>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEIXOTO, Jéssika; GUIA, Gabriel. **Guia de Prep Time**. In: DEBATE CAMP., 2021, São Paulo: USP Debate, 2021

QUINN, Simon R. **Debating**. Brisbane: International Debate Education Association, 2005.

ROCHA, Daniel. **Funções no debate**. In: NOGUEIRA, Nadja Ponte (org.). Manual de Debates Competitivos. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Debates IBD, 2018. E-book. p. 3-11. Disponível em: <https://bit.ly/3iNpSyY>. Acesso: 20 jul. 2021.

SHURTER, Edwin Du Bois. **Science and Art of Debate**. New York and Washington: Neale Publishing, 1908.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. British Parliamentary: **Modelo de Debates**. Grupo de Debates e Oratória. 30 abr. 2019. Disponível: <https://bit.ly/3m0cRnD>. Acesso: 12 ago. 2021.

USP Schools. **Manual de Torneio**. 27 mai. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CCPJBg>. Acesso em: 15 jun. 2021.



WHAT Is British Parliamentary Style Debate?. Oxford Scholastica Academy. 6 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xMXjFO>. Acesso em: 12 ago. 2021.





DEBATE? PRESENTE!: Os benefícios do debate no ambiente escolar

4

KOHLER, Ana Alice

1 INTRODUÇÃO

A adolescência não é apenas uma fase de rápido crescimento físico, social e emocional para os jovens, mas também um ponto de transição crucial em seu desenvolvimento de alfabetização. O debate competitivo representa, nesse âmbito, uma importante ferramenta que envolve os adolescentes na leitura, escrita, escuta e fala acadêmica, os encorajando a reconhecer o poder de suas vozes e a deliberar sobre as questões cívicas mais importantes da atualidade (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015).

Sendo assim, este capítulo abordará os benefícios trazidos pela inserção do debate competitivo nas escolas, tendo como referência metodológica o modelo WSDC (*World Schools Debating Championships*) que já foi exposto anteriormente. Assim, a questão será tratada em duas partes principais: os impactos do debate escolar em âmbito social e quanto às trajetórias individuais de cada aluno.

Antes de determinar as vantagens da inserção do debate competitivo em ambiente escolar, é necessário delimitar a função social da instituição Escola, qual o seu papel na formação do



cidadão contemporâneo e, principalmente, como suas atribuições dialogam com o ato de debater. Consoante a Bueno (2001), foi designada à escola a função de constituir sujeitos sociais, função essa intensificada com os processos de urbanização que permitiram que a escola fosse transformada em um espaço social de convivência e ponto de referência fundamental para a constituição da identidade dos alunos.

Portanto, a escola do século XXI torna-se capaz e responsável pela formação não apenas de cidadãos aptos para contribuir com a comunidade em que estão inseridos, mas também pelo acompanhamento da trajetória individual dos estudantes. Dessa forma, quanto às duas funções atribuídas à educação formal – preparar seus alunos como cidadãos e indivíduos – a incorporação do debate competitivo em muito contribui e fortemente relaciona-se com o cumprimento desse dever social que ela carrega.

Quanto à primeira função, o debate garante uma maior consciência social e política, formando indivíduos mais preparados para inserirem-se na sociedade em nível local, regional e até nacional. Assim sendo, a aplicação dessa ferramenta serviria como um passo em direção a um país de cidadãos mais engajados e politizados. Além disso, a segunda função escolar também é abrangida pelo sistema de debates, que incentiva o raciocínio lógico, a retórica, o trabalho em equipe, a competitividade saudável e demais fatores que serão abordados durante o desenvolvimento.

2 O DEBATE ESCOLAR COMO FATOR DE MUDANÇA SOCIAL

O debate desenvolvido em esfera escolar possui o poder de transformar alunos em cidadãos, à medida que lhes desperta para a vida em sociedade. O envolvimento com o debate acadêmico proporciona à sociedade uma ferramenta importantíssima,



a criação de indivíduos autônomos e críticos, responsáveis historicamente pelas revoluções e evoluções da humanidade. Além disso, essa inserção nas escolas permite que se crie uma cultura de sistematização da retórica, fator que também beneficia a sociedade civil, visto que, assim, se proporciona que hajam regras a serem seguidas.

2.1 A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES E CRÍTICOS

Primeiramente, a admissão do debate nas escolas contribui com a primeira função estabelecida para a instituição, a formação de cidadãos aptos para desempenhar seu papel social. Tal fenômeno se dá pela relação do debate competitivo com a necessidade do debatedor de estar atento ao que acontece à sua volta. Lidando com temáticas e polêmicas atuais e de grande importância política, o participante deve estar a par dos últimos acontecimentos na esfera regional, nacional e mundial.

Assim, a prática do debate incentiva e corrobora com a formação de indivíduos mais ativos e menos alienados, conscientes do mundo que os cerca e, portanto, capazes de transformá-lo. O debate promove a informação da seguinte maneira:

Muitos estudantes nos contaram que, apesar de não possuírem muito conhecimento sobre os tópicos explorados nos debates até serem compelidos a estudarem para futuros torneios, os debates os encorajaram a começar a prestar mais atenção nos eventos atuais (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p.18, tradução nossa).

Um verdadeiro cidadão engajado e consciente dos seus arredores só é possível por meio de uma educação que valorize o debate e a compreensão dos diferentes pontos de vista que convivem – em muitos casos, de forma desarmônica – na nossa sociedade. Assim, o principal papel do debate competitivo nas



escolas é o de formar jovens que não apenas conheçam, mas entendam o mundo que os cerca.

Por meio da dinâmica do debate, o participante reconhece as motivações por detrás de cada argumento e percebe quais raciocínios são utilizados pela equipe adversária. Então, ele deve não apenas demonstrar os motivos pelos quais os seus argumentos são melhores, mas também deixar evidente que o lado que ele defende é mais relevante socialmente. Dessa forma, quando acaba a partida, o debatedor se vê preparado para identificar as intenções por detrás de discursos políticos, por exemplo. Ele estará apto para perceber falhas lógicas das quais a maior parte da sociedade não se daria conta.

O debate, portanto, forma uma população consciente, que não pode ser utilizada como massa de manobra. Assim, determinadas formas de resistência surgem:

A resistência não tem apenas a capacidade de despertar um entendimento mais profundo de como o poder funciona nas escolas e como esse poder reflete e reproduz os mecanismos de dominação sócio-políticos que circulam pela nossa sociedade, ela também fala sobre um empreendimento moral-imaginativo entre estudantes e educadores que buscam revitalizar (MCINTOSH; MILAM, 2016, p. 423, tradução nossa).

Ademais, o próprio preparo para o debate aguça a consciência crítica dos participantes, que, na procura por evidências e dados que possam ser relevantes para a sua argumentação, desenvolvem um apreço por fontes confiáveis de pesquisa que tragam informações relevantes e verídicas. Logo, a prática do debate, ao valorizar a precedência legítima dos conceitos, também forma estudantes capazes de reconhecer *fake news* e outros mecanismos que disseminam a desinformação.

Tal aspecto foi comprovado em uma pesquisa realizada por Mirra, Honoroff e Elgendy:



Durante o processo, eles ganharam a valiosa habilidade de reconhecer fontes confiáveis. Como Krystle, outra debatedora de Hunters Point, nos contou: “Debater me ensinou a como pesquisar as coisas bem, pois quando eu costumava pesquisar tópicos para a escola, eu olhava a primeira coisa que surgia no Google e dizia: ‘Está bem, é isso.’ Mas agora eu tenho que garantir que as fontes sejam confiáveis.” (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p.13, tradução nossa).

Nesse sentido, McIntosh e Milam (2016) descrevem como o debate não apenas apresenta uma oportunidade de formar cidadãos despertos para a dinâmica de poder que os cerca, mas também para questioná-la. Assim, por meio do desenvolvimento de um pensamento crítico que perpassa abordagens multidisciplinares, o debate representa uma oportunidade única de criar uma sociedade pronta para exigir reformas e revoluções.

No mesmo âmbito, os teóricos Paulo Freire e Donato Macedo (1990) estabelecem que a alfabetização é sobre ler a palavra e o mundo, e que, portanto, as habilidades acadêmicas necessárias para compreender textos também são significativas quando aplicadas em uma análise crítica da sociedade, com o objetivo de promover justiça e equidade. Assim, o ato de debater pode instigar uma alfabetização acerca dos dilemas sociais, em que os estudantes passam a adotar as seguintes perspectivas:

O debate encoraja os alunos a pensar sobre o fato de que tudo que eu ouço na mídia e tudo que me contaram durante toda a minha vida pode não ser necessariamente verdade, e que há vieses no mundo. Eles passam a questionar a sociedade (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p.19, tradução nossa).

A capacidade de conscientização presente no debate competitivo é, portanto, imprescindível à sociedade atual, na medida que previne a disseminação das *fake news*, ao formar



jovens críticos e questionadores. Nesse sentido, o ato de debater permite que a sociedade seja transformada por indivíduos que não se conformem com o *status quo*.

2.2. A SISTEMATIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOCIAIS

O debate, se inserido nas escolas brasileiras, pode permitir que as polêmicas e discussões que surgirem nas próximas décadas sejam resolvidas por meio da apresentação de argumentos sustentados por evidências e lógica. Assim, por meio da prática do debate, é possível estabelecer padrões lógicos e racionais de confronto entre ideias, em que são postos à prova até os mais aceitos e populares conceitos.

A sistematização e a formulação dos debates pretendem garantir que determinadas regras e normas sejam seguidas por ambas as partes, de forma que a competição seja justa. Os próprios debates eleitorais, por exemplo, são, atualmente, uma prova concreta do descaso com que as problemáticas brasileiras são tratadas e de como quando não há regras o debate se torna um jogo de simpatia e desvio de assunto. Logo, aprendendo essas normativas durante o período escolar, os jovens de hoje poderão construir um futuro em que os dilemas possam ser tratados com respeito e formalidade, como merecem.

3 O DEBATE ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

O debate durante o período escolar também corrobora com a segunda função atribuída à escola: a de proporcionar um ambiente para o desenvolvimento individual e para a convivência saudável. Por meio do exercício de diversas atividades cognitivas, os alunos cultivam habilidades extremamente importantes durante o crescimento individual, que serão listadas a seguir.



3.1 A PRÁTICA DO DEBATE COMO COMPETIÇÃO SAUDÁVEL

O debate, em seu formato competitivo, permite uma interação e uma disputa características do esporte, de forma que o esforço e o trabalho duro são valorizados como parte do jogo. Como exemplificado:

Um debatedor que sabe que precisa atender a um torneio importante em duas semanas e encontrará excelentes debatedores em uma série de seis ou mais debates, em que ele será julgado por um juiz competente e crítico, não perderá seu tempo. Ele estará consciente da diversão de engajar em jogos mentais com bons pensadores e fluentes oradores (WINDES JR, 1960, p. 103).

Assim, além de ser incentivado e recompensado pelo seu esforço individual, o aluno que se engaja no debate competitivo ainda é compelido a desenvolver uma apreciação e um respeito maior às regras do jogo, de forma que durante uma partida a obediência às normas é mais importante que a vitória em si. Dessa maneira, o debate permite que estudantes reconheçam, na sociedade que os cerca, situações em que determinadas disputas ideológicas se dão de forma injusta ou desequilibrada.

Segundo Bartanen e Littlefield (2015), debater requer uma mente alerta, ativa e livre de estresse para que o participante possa estar engajado por completo. Enquanto pode se argumentar que a pressão do debate promove ansiedade, essa se difere do estresse debilitante que impediria o debatedor de proferir suas palavras. Quando o competidor está preparado mental e fisicamente, há um clima de tensão que alguns especialistas chamam de *flow*, um estado de atenção em que o foco se encontra na atividade realizada, de forma que a mente está ocupada com ideias, regras e ações do jogo.

A competitividade do debate escolar também atua no senso de responsabilidade e integridade social dos alunos, como discutido



por Windes Jr (1960). Tendo em vista que, representando sua escola em um torneio, um debatedor exerce uma responsabilidade cívica com seu time, sua escola e sua comunidade, uma experiência que nunca seria proporcionada dentro de um ambiente escolar comum.

Ao arcar com essa representatividade que exercem, os jovens têm a chance de agir como uma unidade, competindo com outras instituições, e, dessa forma, atingindo um senso de pertencimento que a competição individual (pelas melhores notas acadêmicas, por exemplo) não proporciona. A competição coletiva, por fim, proporciona o prazer de ter contribuído com a vitória de seus colegas, da sua escola e da sua comunidade.

3.2 DEBATE COMO AGENTE DE SOCIALIZAÇÃO

O debate, quando empregado nas escolas, segundo Bartanen e Littlefield (2015), é válido e reconhecido como uma forma de socialização, pela qual é possível conhecer outros indivíduos com interesses comuns e, a partir da relação proporcionada, aprender habilidades de interação e estratégias. Assim, o debate nutre um capital social, definido por Putnam (2000) como a construção de relações por experiências compartilhadas. Logo, os debatedores criam laços por meio de vivências em comum, pelos quais a comunidade do debate se torna coesa e funcional.

Além disso, há ainda a socialização dentro dos próprios times de debatedores, que precisam desenvolver um senso de confiança e respeito mútuo entre os integrantes, já que precisam agir em sincronia, desenvolvendo argumentos e teses que sejam coerentes durante o discurso de cada participante. Assim, o debate competitivo, diferentemente de outros esportes, não promove apenas um senso de amizade entre os integrantes de um mesmo grupo, mas incentiva também o respeito mútuo por seus adversários.



3.3 O DEBATE NO DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA

Além de estabelecer certo senso de cidadania, o debate em nível escolar ainda promove o contato dos alunos com diferentes dilemas com os quais nunca foram confrontados, além promover um senso de empatia e respeito pelo diferente. Assim, segundo Bartanen e Littlefield (2015), eles passam a compreender que seu país não é homogêneo, mas construído por diferentes grupos, que possuem diferentes pontos de vista. Nesse sentido:

Adolescentes são comumente caracterizados como autocentrados – tão focados no desenvolvimento da sua própria personalidade que acham difícil imaginar a vida pela perspectiva do outro. O debate força os estudantes a argumentar os dois lados de um tópico controverso e, passionalmente, defender perspectivas com as quais eles podem não concordar, encorajando estudantes a considerar pontos de vista alternativos nas suas vidas e em sociedade (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p. 17, tradução nossa).

O debate, portanto, torna-se uma ferramenta poderosa no desenvolvimento da empatia, pois garante que, ao entrar em contato com o diferente, ele deixa de ser o Outro, e passa a fazer parte do Nós. Durante esse processo de conhecimento, os estudantes não se abrem apenas para conhecer o diferente, mas também para considerá-lo como uma perspectiva válida. Assim, ao final da rodada, eles podem rever seus pontos de vista, formando um ciclo permanente de aprendizado e evolução.

3.4 A PROMOÇÃO DO SENSO DE LIDERANÇA

Nessa conjuntura, o debate em escolas promove uma oportunidade de simulação da “vida real”, em que os participantes podem se sentir livres para cometer erros em um ambiente seguro, onde as únicas críticas feitas são construtivas. Nesse ambiente, até os perdedores saem com a sensação de dever cumprido e



lição aprendida, admirando seus adversários e desejando fazer melhor na próxima.

Assim, jovens podem se formar no ensino médio preparados para participar de reuniões, entrevistas, palestras e quaisquer outras situações em que seja necessário falar em público ou defender uma proposta. Portanto, para McIntosh e Milam (2016), o debate competitivo oferece aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades que poderão usar futuramente em suas carreiras. Já Mirra, Honoroff e Elgendy (2015), apontam para como o debate, durante a fase da infância e da adolescência, permite que alunos usem sua voz para advogar por si e por sua comunidade.

3.5 O DEBATE COMO RECREAÇÃO

Como defendido por Bartanen e Littlefield (2015), o debate e o discurso competitivo podem ser considerados como uma forma de jogo⁹, já que oferecem prazer aos que participam e os beneficiam intelectual, social e pessoalmente. Nesse sentido, debater oferece um sentimento de antecipação e surpresa com o anúncio das moções e da equipe adversária, de forma que duas rodadas da modalidade nunca serão iguais.

Além disso, o ato de debater ainda proporciona um senso de autoconfiança e força, exigindo certa coragem, principalmente aos indivíduos que receiam falar em público. Dessa forma, o debate pode ser enquadrado não apenas como um esporte, mas também como um jogo recreativo, que pode servir como um hobby aos alunos.

⁹ Tradução nossa da palavra inglesa “play”, que também pode ser traduzida como “brincadeira”. Os autores definem “play” como uma mistura que oferece recompensas físicas, sociais, emocionais e intelectuais em todos os estágios da vida humana (Batanen; Littlefield, 2015, tradução nossa).



3.6 O DEBATE E A LEITURA

O hábito do debate ainda proporciona, segundo Mirra, Honoroff e Elgendy (2015), uma oportunidade de aprimorar o hábito de leitura dos estudantes, já que, sem ela, não é possível estruturar o conteúdo necessário para persuadir os jurados. Assim, a busca por evidências promove uma razão para os alunos lerem textos mais complexos, que estariam fora das suas zonas de conforto. Como consequência, as leituras propostas no ambiente escolar se tornam mais compreensíveis, à medida que sua capacidade de interpretação avança.

Além disso, os alunos também passam a utilizar novas palavras, na busca por proferir discursos poderosos, e, assim, aprimoram cada vez mais seu léxico. O hábito da leitura é transformado da seguinte forma: “Em vez de ler apenas para serem aprovados em algo, agora eles leem pelo entendimento, eles estão lendo procurando por evidências” (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p. 13, tradução nossa).

3.7 O DEBATE E A ESCRITA

Enquanto possa parecer que o debate não exija habilidades textuais, Mirra, Honoroff e Elgendy (2015) alertam para a quantidade de escrita que é necessária durante as rodadas, em que os debatedores tomam notas dos principais argumentos do oponente e, assim, podem abordá-los e refutá-los de forma fluida. Além disso, a estrutura de um debate se assemelha com a de uma redação dissertativa-argumentativa e, portanto, permite que os alunos utilizem os conhecimentos adquiridos durante a partida em textos acadêmicos.

3.8 O DEBATE E A RETÓRICA

Ouvir e falar são duas habilidades essenciais ao discurso, mas, pela dificuldade em atribuir-lhes notas padronizadas, são



comumente deixadas de lado pela escola, que preza mais pela leitura e escrita. O debate, como defendem Mirra, Honoroff e Elgendy (2015), se apresenta como uma saída para que os alunos exercitem a retórica, fator tão importante na preparação para a vida universitária. Debater na sala de aula pode ser uma oportunidade para que estudantes apliquem seus interesses pessoais e seu entusiasmo pela competição saudável. Os resultados podem ser comprovados:

Tyrone, um debatedor da Eagle Academy, detalhou a evolução do seu pensamento em como sustentar um argumento durante uma discussão de classe; como ele explicou, “Você não pode apenas dizer: ‘Você deveria apoiar a minha ideia porque eu gosto dela’. Você tem que dizer o porquê” (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p. 14, tradução nossa).

Nesse contexto, os debatedores desenvolvem uma prática que não é comumente cultivada na escola, o que lhes dá uma oportunidade de preparação para a vida adulta, em que habilidades de convencimento e retórica são bem recompensadas. O debate competitivo traz muitos benefícios, portanto, quando aplicado no ambiente escolar, pois garante que os jovens entrem no mercado de trabalho e no ambiente universitário com o conhecimento prático necessário.

3.9 O DEBATE E O DESENVOLVIMENTO DA LÓGICA

O debate favorece outro fator importantíssimo na formação intelectual dos jovens: o desenvolvimento da lógica. No Brasil, um dos piores países em relação a capacidade lógica dos adolescentes, segundo a OCDE (AQUINO, 2014), a aplicação do debate nas escolas seria essencial para a formação de mentes mais atentas e dinâmicas. A necessidade de pensar criticamente, tomar notas, ouvir, buscar evidências e apresentar e defender seus argumentos proporciona um exercício mental que em muito contribui com a capacidade de raciocínio.



3.10 O DEBATE E O CRESCIMENTO PESSOAL

Por fim, o debate ainda proporciona uma confiança que permite que os alunos ampliem seus horizontes, o que acaba por determinar os próximos passos que tomarão em suas vidas. O hábito de debater promove o desenvolvimento do conhecimento e das habilidades necessárias para que eles atinjam seus objetivos pessoais. Como defendido por Mirra, Honoroff e Elgendy (2015), um programa de debate escolar oferece aos estudantes um espaço para que explorem suas paixões cercados por adultos hábeis para auxiliá-los em seus caminhos. O impacto dessa experiência é relatado por administradores educacionais:

“Eu acredito que eles realmente se veem como futuros líderes desse país, e eles sabem que muitos presidentes e senadores foram debatedores em algum ponto. E eu acho que eles estão sonhando alto.” (MIRRA; HONOROFF; ELGENDY, 2015, p. 16, tradução nossa).

A aplicação do debate nas escolas, portanto, deve ser reconhecida, ainda, como uma ferramenta que possibilita aos alunos um crescimento pessoal. Nesse sentido, ao praticar o mesmo esporte que grandes figuras de sucesso praticam, os estudantes cultivem sonhos para si, na perspectiva de que eles são possíveis quando há esforço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse capítulo, foram abordados os principais temas relacionados ao impacto provocado pela inserção do debate na escola, tendo em vista as principais funções atribuídas a ela. Assim, ficou evidente o potencial do debate competitivo em relação à sua capacidade de promover a gênese de uma sociedade mais crítica e consciente. Ademais, explicitou-se a capacidade enriquecedora que o ato de debater possui, compondo indivíduos com habilidades muito valorizadas atualmente.



Assim sendo, torna-se necessário que essas medidas sejam aplicadas na prática, por meio da criação de clubes e oficinas de debate, em que, orientados por um professor qualificado, os alunos possam se envolver em discussões de ordem política, social, econômica e ambiental, exercitando seu senso de cidadania. É reconhecível que a educação brasileira possui muitos problemas, mas, nesse âmbito, o debate se mostra como uma resposta, capaz de transformar o modo como a educação é pensada.

Conclui-se, então, com o juízo de McIntosh e Milam (2016), que é hora de utilizar o poder ilimitado e revolucionário do debate para criar um melhor sistema educacional para nossos alunos enquanto, simultaneamente, revigoramos nossas comunidades e, por fim, nossa democracia.

REFERÊNCIAS

BARTANEN, Michael D.; LITTLEFIELD, Robert S. **Competitive Speech and Debate: How Play Influenced American Educational Practice**. *American Journal of Play*, v. 7, n. 2, p. 155-173, 2015.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 17, n. 17, p. 101-110, jun. 2001.

MCINTOSH, Jonathan; MILAM, Myra. **Competitive debate as competency-based learning: civic engagement and next-generation assessment in the era of the common core learning standards**. *Communication Education*, v. 65, n. 4, p. 420-433, 2016.

MIRRA, Nicole; HONOROFF, Benjamin; ELGENDY, Suzanne. **Literacy with a Purpose: Competitive Debate as a Tool to Improve Adolescent Reading Comprehension and Critical Thinking Skills**. 2015. 22 p. Disponível em: <https://bit.ly/2T8AJtb>. Acesso em: 26 jun. 2021.



WINDES JR, Rusel Rayl. *Competitive debating: In: WINDES JR, Rusel Rayl. **Communication Education**: The Speech Teacher*, v. 9, n. 2, p. 99-108, mar. 1960.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

AQUINO, Yara. Estudantes brasileiros têm baixo desempenho em avaliação internacional de lógica. *In: AQUINO, Yara. **Agência Brasil***. [S. l.], 1 abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3kbyIHB>. Acesso em: 9 jul. 2021.





MELHOR CANDIDATO É O DEBATE: O debate como influenciador direto para o sucesso de democracias

5

ANDRADE, Clarissa Dias Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Antes de ser iniciada a principal discussão deste capítulo, será feito um breve parecer acerca dos demais sistemas de governo existentes na atualidade e seus contrastes em relação à democracia. Dessa forma, visa-se deixar claros os motivos pelos quais a democracia passa a ser o sistema mais utilizado e, possivelmente, o menos danoso às sociedades do século XXI. Deixa-se explícito aqui que a democracia, antes de um mero sistema de governo, é a representação da luta das liberdades individuais e dos direitos humanos, sendo necessário defendê-la a todo custo.

Dessa forma, serão discutidos os sistemas de governo de caráter socialista, anarquista e fascista destacando as suas principais diferenças e pontos de ruptura ideológicos em relação à democracia. Assim, espera-se evidenciar que, apesar da existência de inúmeros sistemas de governo, a democracia é a mais sadia, concordando-se com a frase dita pelo ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill na Câmara dos Comuns, em novembro de 1947 – que de forma alguma está sendo admirado ao



ser citado, já que cometeu e apoiou diversas atrocidades humanas durante a sua vida pública: “conforme tem sido dito, a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais que de tempos a tempos têm sido experimentadas” (LANGWORTH, 2008, p. 574, tradução nossa).

2 SISTEMAS POLÍTICOS

Sabe-se que, ao longo da história da humanidade, diversos regimes de governo foram utilizados. Assim, será feita uma breve análise acerca dos principais regimes políticos da atualidade, além de evidenciar os seus antagonismos em relação à democracia. Logo, espera-se tornar claro os motivos pelos quais o sistema democrático passa a ser o mais aceito e benéfico à sociedade.

2.1 SOCIALISMO

O socialismo, frequentemente, é definido como sendo o oposto do capitalismo. Porém, o maior valor desse sistema de governo é a igualdade, principalmente aquela que tange a igualdade social. Adicionalmente, dentro da doutrina socialista há a presença de ramificações ideológicas, como por exemplo a social-democrata, que visa à realização de uma mudança no sistema capitalista através da diminuição das desigualdades sociais (HEYWOOD, 2007, p. 107).

Em uma visão do socialismo no século XXI, muito discute-se sobre a possibilidade de este estar “morto”, ou seja, de que não haja mais possibilidade desse sistema de governo voltar a ser utilizado pelas nações. Afirma-se tal fato por conta dos Estados socialistas que fracassaram no último século, ressaltando nações como China e Cuba, que utilizam de um socialismo moderno inserido em um mercado consumidor. Adicionalmente, diversos sociólogos destacam que uma economia globalizada dificulta a manutenção de regimes socialistas (HEYWOOD, 2007).



Porém, afirmar que o socialismo chegou ao seu fim é, no mínimo, precipitado. A esperança em relação à sua sobrevivência por parte de seus apoiadores tem como base as falhas do sistema capitalista, já que, de acordo com Heywood (2007, p. 146), “o socialismo está destinado a sobreviver, pelo menos porque serve como lembrete de que a evolução humana pode ir além do individualismo do mercado”.

Em termos de comparação a contextos democráticos, para os socialistas, de acordo com Schumpeter (1961, p. 287):

O poder político do capitalismo, por conseguinte, parece ser apenas uma forma particular do seu poder econômico. Daí se deduz que não se pode haver democracia enquanto existir esse poder (a mera democracia política é simplesmente um logro) e que a eliminação desse poder terminará simultaneamente com a exploração do homem pelo homem e marcará o início do governo do povo.

Dessa forma, conclui-se que em um sistema capitalista a democracia é produto da exploração econômica e social, podendo somente prosperar em uma sociedade socialista. Ademais, o socialismo, ao ser implantado em um contexto governamental, pode ser uma democracia ideal. Porém, nesse sentido, a forma que o sistema das massas seria implementado possui, em suas bases, princípios que ferem premissas democráticas. Isso ocorre, pois inúmeros socialistas modernos reconhecem não haver mal em instituir por meio da força e violência o socialismo, através, por exemplo, de ditaduras (HEYWOOD, 2007).

Logo, conclui-se que no *status quo* atual o processo de mudança de um Estado democrático para um Estado socialista é frágil e instável. Torna-se evidente que, por conta do sistema capitalista empregado no mundo globalizado, nações socialistas tendem a se excluírem do mercado econômico mundial e das relações internacionais entre os povos. Ainda, por conta do



antagonismo entre os modelos propostos e defendidos por ambos os sistemas de governo, a implementação do socialismo em países da atualidade geraria um forte abalo econômico, social, cultural e político. Por fim, com base na métrica da estabilidade e durabilidade de Estados, a democracia se sobressai em relação ao sistema de governo socialista.

2.2 ANARQUISMO

A palavra “anarquia”, com origem no grego, tem como significado literal um sistema sem governo. Essa palavra, usualmente representa cenários caóticos e desordenados. Porém, tais suposições são contestadas pelos adeptos ao anarquismo. Em relação a esse tipo de organização política, sua ideologia tem suas bases no princípio de que a autoridade – em todos os níveis, tendo destaque no sentido de Estado – não se faz necessária, além de representar um risco à sociedade (HEYWOOD, 2007).

Dessa forma, os anarquistas defendem a criação de um Estado sem governo e leis, já que este fere direitos sociais e de liberdade. Além disso, acreditam que a sociedade é capaz de alcançar a ordem e harmonia de forma natural e espontânea, adquirindo um caráter ideológico utópico ao depositar tamanho otimismo em relação à natureza humana. Logo, o principal valor desse sistema é a infinidade de autonomia individual (HEYWOOD, 2007).

O anarquismo possui suas bases estabelecidas de acordo com duas ideologias antagônicas: o liberalismo e o socialismo. Assim, esse sistema possui um caráter dual, podendo ser interpretado como uma vertente “ultraliberal” ou “ultrassocial”. Entretanto, seus defensores a consideram uma ideologia singular baseada em princípios, como o antiestatismo, a ordem natural, o anticlericalismo e a liberdade econômica. Nesse sentido, fica claro que, na realidade, o anarquismo possui inúmeras barreiras



que o impedem de se tornar uma ação prática, pois no contexto social atual, a alteração da realidade é complexa e incerta (HEYWOOD, 2007).

Por fim, fica claro que na atualidade o anarquismo falha em fatores como a sua aplicabilidade, já que, no mundo real, um Estado sem autoridades é sinônimo de desordem. Logo, a democracia, ao possuir um sistema de governo que garante a ordem, faz com que as liberdades individuais possam coexistir em uma sociedade organizada e regida por limites.

2.3 FASCISMO

O fascismo pode ser definido pela ideia de uma comunidade unificada, expressa no princípio “força por meio da união”. De acordo com essa ideologia, o indivíduo, literalmente, é representado pelo nada, ou seja, a identidade individual é extinta e absorvida pela sociedade. Ainda, o ideal fascista é voltado à dedicação da vida à glória de sua raça ou nação, e obediência de forma incondicional a um líder. Por conta disso, valores como o progresso, liberdade, racionalismo e igualdade foram perdidos em detrimento do poder, da liderança e da guerra (HEYWOOD, 2007).

Em um contexto do século XX – período de surgimento de nações consideradas fascistas –, o fascismo representava uma revolta aos ideais e valores defendidos pela modernidade: liberdade, igualdade e fraternidade. Faz-se necessário destacar que a ascensão do fascismo é marcada pelo esfacelamento de democracias, tanto no sentido de sistemas de governo, quanto no sentido de liberdades individuais e direitos básicos de qualquer indivíduo.

Claramente, o fascismo possui como princípios ideais opostos àqueles defendidos em sistemas democráticos, demonstrando o seu forte viés autoritário. Dessa forma, torna-se evidente que, na atualidade, a ascensão de governos fascistas representa uma



enorme preocupação para todas as nações democráticas, já que tais regimes põem em risco o direito à vida, à liberdade de expressão e, principalmente, à liberdade.

Porém, de forma alguma deve-se apagar da história humana a fatídica existência de tais governos. Deve-se, sempre, debater sobre as suas ideologias e seus riscos à democracia e sociedade atual. Dessa forma, há a garantia de que, futuramente, erros do passado não serão repetidos. Por fim, o fascismo representa a mais pura e real perda de toda a estrutura que edifica uma democracia e, obviamente, deve ser crucificado e detestado em todas as suas formas.

3 O DEBATE COMO FORMADOR DE DEMOCRACIAS

O debate é parte integrante da democracia e torna-se uma peça vital para o pleno exercício das principais premissas de um sistema democrático. Assim sendo, será discutido como tal ação tem o poder de determinar o futuro de Estados e da sociedade. Porém, antes de adentrar ao mundo político e social influenciado pelo debate, faz-se necessário compreender o conceito do que é o principal sistema de governo utilizado pelas nações atuais: a democracia.

O conceito de democracia é complexo, com diversas facetas e, frequentemente, dependente de um contexto histórico. Dessa forma, a democracia, segundo Joseph Schumpeter, seria um método político para atingir uma decisão política, como a decisão de escolher um representante. Assim, esse sistema de governo seria uma forma de realizar ações de caráter político que fossem de interesse de todos (ANDRADE, 2020).

Por outro lado, para Robert Dahl, a democracia seria um sistema ideal. Para o cientista político, os representantes políticos possuem como dever a garantia de que as vontades dos cidadãos sejam retratadas nas políticas públicas. Nesse sentido, a



democracia abrange a garantia aos direitos de expressão, direitos institucionais, participação popular por meio do voto, eleições livres e igualdade perante a lei (ANDRADE, 2020).

Ambos os autores, mesmo possuindo pontos de ruptura entre suas percepções acerca da democracia, concordam em uma questão: o povo determina os passos desse sistema de governo. Dessa forma, uma população que não conhece ou questiona os seus direitos e obrigações como cidadão põe risco a continuidade e pleno exercício da democracia.

Assim, ao reconhecer que os indivíduos agem com base em suas crenças, muitas vezes, eles que acreditam realizar ações próprias são vítimas de influências externas. Logo, ao não compreender as diretrizes que regem um sistema democrático, a população de um Estado está propensa a ser explorada, já que não possui sapiência acerca de seus inúmeros direitos. Por conseguinte, faz-se evidente que entender o conceito de democracia é uma obrigação e direito do cidadão de qualquer nação democrática (TIBURI, 2015).

Ao mesmo tempo, quando não se domina a concepção sobre qual é o sistema de governo que engloba os seres humanos, esses se tornam propícios a inclinações que muitas vezes podem ferir o que os tange no essencial, como a liberdade de expressão, de escolha, de voto, entre muitas outras ações consideradas vitais para uma democracia. Quando a população ignora esses fatos entra em um terreno perigoso e traiçoeiro. Ao fim, afetará ela mesma, ao passo que defender a volta de governos autoritários em países democráticos – governo que possui ideologias avessas à democracia – por exemplo, representa um retrocesso de lutas e ideais (TIBURI, 2015).

Portanto, é no mundo dos questionamentos, das discussões, do diálogo que o debate se engloba em um contexto democrático.



O debate em contextos políticos surge como ferramenta de mudança e ação e como, principalmente, uma garantia de que os interesses do povo sejam ouvidos e considerados. Ademais, o debate é a melhor maneira de entender a realidade de uma forma crítica; porém, ao mesmo tempo, aberta às diferenças ideológicas. Segundo Tiburi (2015), “O conhecimento que surge do encontro das diferenças é o conhecimento verdadeiro”. À vista disso, pode-se inferir que sem debate não há democracia, não há representatividade e não há liberdade.

3.1 O PAPEL DO DEBATE NA DEMOCRACIA

Uma democracia sem debate está fadada ao fracasso ou, pior, ao autoritarismo. O papel do debate na democracia representa uma luz de conhecimento e questionamento acerca da realidade. Conhecimento, pois por meio dele os cidadãos passam a buscar novas visões acerca de temas que antes consideravam compreender completamente. Questionamento, visto que os indivíduos passam a não aceitar ideias prontas e moldadas por agentes ideológicos. Logo, debate e democracia devem caminhar juntos para que assim uma sociedade possa ser crítica e a política possa ser executada de forma justa.

Segundo Arevalo (2019, *on-line*, tradução nossa), “O desaparecimento da arte do debate é equivalente ao desaparecimento de livros”. Dessa forma, entende-se que o debate é, antes de tudo, uma fonte enriquecedora de novas visões, opiniões, ideologias sobre determinado tema. Logo, a prática do debate em um sistema democrático representa uma forma de evolução social, política, econômica e cultural, já que permite uma troca diversa de conhecimentos e ideais (AREVALO, 2019).

Por meio do debate torna-se possível moldar a democracia de forma justa e igualitária, corrigindo suas imperfeições e



garantindo a chance de evolução. Sem o debate, representantes frequentemente passam a ignorar fatores e situações que não dizem respeito à sua vivência. Sem o debate, a população torna-se alienada a ideais prontos e opiniões unilaterais. Sem o debate, uma sociedade está constantemente se afastando da justiça (AREVALO, 2019).

A promoção da prática do debate, além de impactar diretamente na dinâmica social de uma nação, influencia em uma maior participação popular no cenário político. Uma sociedade que incentiva a prática do debate é responsável por um efeito cadeia em diversos níveis sociais, por exemplo, na participação ativa de cidadãos na política. Assim, uma população engajada com questões que impactam de forma direta o pleno desenvolvimento de uma nação faz-se mais presente na elaboração de políticas públicas, por exemplo. Adicionalmente, frequentemente questionam as ações de seus representantes e fiscalizam o exercício de seus deveres.

Por fim, o debate em um contexto democrático representa o pleno exercício de direitos básicos de uma população. Dessa forma, o debate deve ser incentivado de todas as formas para que uma nação possa prosperar. No momento em que as portas para o debate se fecham, novas portas para ações de viés autoritário se abrem e, com elas, direitos individuais são perdidos.

3.2 O AUTORITARISMO AINDA NÃO PODE VIRAR HISTÓRIA: CONSEQUÊNCIAS DE UMA DEMOCRACIA SEM DEBATE

O autoritarismo ainda não pode virar história. E o motivo para tanto é o fato de que nações atuais ainda vivem sob o domínio de líderes autoritários ou experimentam as tensões da iminência de um regime opressor. Logo, milhões de indivíduos em todo mundo



continuam a sofrer com a perda de seus direitos individuais e são controlados por um Estado opressivo. Ao longo da História, podem-se encontrar exemplos claros de governos de viés autoritário e, adicionalmente, por meio do estudo e entendimento do passado, faz-se possível traçar paralelos com a realidade de governos atuais.

Regimes antidemocráticos emergem por inúmeros motivos – religiosos, políticos, sociais, econômicos etc. – sendo necessário compreender que tais fatos são extremamente complexos. Porém, um ponto faz-se comum para a eclosão ou a iminência de governos autoritários ao longo de toda a História: a falta do debate. Assim, em uma sociedade em que a voz do Outro é inviabilizada, uma única ideologia é considerada superior e, frequentemente, é a única vista como correta e aceitável. Como consequência, a ausência do diálogo inviabiliza direitos democráticos básicos e representa uma ameaça para a manutenção desse sistema de governo.

Na atualidade, faz-se presente a existência de diversos regimes autoritários ao redor do globo, além daqueles que, apesar de regidos pela democracia, encontram-se ameaçados por um possível regime antidemocrático. Logo, a fim de evidenciar a forma que o debate é essencial para uma sociedade democrática, serão discutidos os aspectos sociais e políticos de um regime autoritário do passado representado pela Itália, e os fatores que estabelecem uma profunda tensão em países democráticos ameaçados pelo autoritarismo, representado pela situação atual do Brasil.

3.3.1 O Autoritarismo de Mussolini na Itália (1925 – 1943)

Segundo o historiador italiano, Renzo de Felice (1976, p. 15):

A que vê o fascismo como um produto da crise moral da sociedade europeia da primeira metade do século XX; a que vê o fascismo como um produto dos processos atípicos e tardios, de



desenvolvimento econômico e de unificação nacional de alguns países europeus, sobretudo a Alemanha e a Itália.

Assim sendo, inferia-se que a emergência de governos autoritários, como aquele liderado por Mussolini, é dependente de inúmeros fatores. Adicionalmente, faz-se necessário destacar que os fatores históricos da época foram determinantes para a eclosão desse regime. Entretanto, apesar de que tal fenômeno histórico nunca se repetirá da mesma forma, não se pode afirmar que sua repetição não possa ocorrer naquilo que o tange essencialmente (VIANNA, 2018).

O fascismo de Mussolini tinha como objetivo uma renovação completa da sociedade italiana por meio da reforma do Estado e do indivíduo. Assim, o governo passaria a ser centralizado, ao passo que todos os partidos políticos deveriam ser eliminados com outros órgãos do sistema democrático. Adicionalmente, as lutas sociais passariam a ser contidas por meio da coerção e repressão, a fim de estabelecer uma uniformidade social italiana. Por fim, a nação passaria a assumir o primeiro plano, representada por uma educação militarista e nacionalista (BERTONHA, 2008).

O fascismo controla as massas e, para que isso ocorra, é de extrema importância possuir algo que sirva como ponto de união social. Ao utilizar-se de músicas nacionalistas, hinos, saudações, entre outros, o povo passa a sentir-se unido em busca de algo comum: a nação e seu líder (VIANNA, 2018). Consequentemente, as massas tornaram-se alienadas ao governo e manipuladas por meio do forte uso de propagandas políticas falaciosas, a criação de uma imagem negativa dos opositores ao governo, entre outros.

No que tange à repressão às liberdades individuais, é vital ter em mente que o povo italiano não apoiou integralmente o fascismo, de forma a não aderir suas ideologias por completo. Assim, o movimento não hesitou em utilizar a violência para controlar seus



opositores. Por outro lado, o fascismo fora fortemente apoiado pelas elites sociais da época representada pelos latifundiários, donos de indústrias, indivíduos pertencentes à classe média... Porém, ao mesmo tempo que esse grupo levou o fascismo ao poder, contribuiu para a sua queda (BERTONHA, 2008).

Um dos principais meios de controle ideológico do fascismo italiano foi a utilização da imprensa. Foi proibida a existência de uma imprensa opositora ao fascismo. Além disso, meios utilizados pela massa, como o cinema e rádio, também passaram a ser controlados pelo governo. Logo, conclui-se que a repressão de opiniões contrárias ao fascismo foi importantíssima para a sua preservação (BERTONHA, 2008).

Em um contexto democrático, as ações realizadas por Benito Mussolini seriam fortemente hostilizadas. Ao concentrar todo o poder para si, o líder apaga os meios de diálogo entre a população e passa a construir a imagem de que ideologias contrárias à sua deveriam ser crucificadas. O debate, nesse sentido, passara a não existir, e a voz de um único líder supremo tornou-se a voz da verdade. Ao controlar as massas, Mussolini passou a controlar a principal ameaça ao seu poder autoritário: o povo.

3.3.2 O contexto político do Brasil atual

A história brasileira, a partir do surgimento da República, reproduz todas as suas características mais enraizadas socialmente: o preconceito, a desigualdade social, o poder aristocrático e o patriarcado. Nesse sentido, o Brasil, mesmo após mais de um século desde a instituição da República, em 1889, continua a ser regido por essas diretrizes hediondas (PATTO, 1999).



A história do Brasil sempre fora narrada por aqueles que detêm maior poder – bélico, econômico ou social –, e desde sua colonização exclui todos aqueles que não se encaixam em seus padrões sociais. Em questão de evolução da sociedade brasileira, a existência da República no século XIX não trouxe mudanças para a maioria da população, beneficiando somente uma ínfima parte dos brasileiros. Além disso, a participação popular do povo foi restringida e a centralização do poder tornou-se ainda maior. Logo, o governo que teoricamente deveria ser destinado ao povo, tornou-se um governo individualista (PATTO, 1999).

Nesse sentido, com o fim do período da República conhecida como “República da Espada”, em que os líderes do Estado eram militares, a elite brasileira, sedenta por mais poder, assume as rédeas governamentais do país. Novamente, a maior parte do povo se vê negligenciada e ignorada. As oligarquias perduraram durante décadas no poder e foram substituídas por um golpe militar inconstitucional que levou Getúlio Vargas a se tornar líder do Estado.

Em matéria democrática, as primeiras décadas de República no Brasil foram marcadas pela forte elitização política e centralização dos poderes. Porém, a partir de 1930 o país passaria a vivenciar duas vezes, em menos de três décadas, dois regimes autoritários. O primeiro, quando Vargas assume como presidente da república de forma inconstitucional e passa a reprimir as liberdades individuais da população brasileira. E o segundo quando, em 1964, o governo do então presidente da república, João Goulart, é encerrado pelo uso da força.

Logo, torna-se claro que o surgimento da democracia no Brasil foi marcado por inúmeras instabilidades sociopolíticas e, principalmente, por uma forte disposição ao autoritarismo. Dessa forma, ao observar o cenário político atual do Brasil, percebe-se



que ações do passado tornam a se repetir. Novamente, pondo em risco o pleno desenvolvimento da democracia brasileira.

A tolerância na política brasileira é escassa, e a possibilidade de diálogo entre diferentes vertentes políticas torna-se ainda menor em momentos de crises econômicas e políticas. Como consequência, o Brasil, nos últimos anos, experimenta um crescente fortalecimento de partidos políticos extremistas, tanto de esquerda quanto de direita. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), líderes autocráticos representam um risco para as democracias consolidadas ao redor do globo, já que as retóricas apresentadas por esses líderes são polarizadas, hostis e criam questões de dúvida acerca da credibilidade das instituições democráticas (TORRES; SOUZA JÚNIOR; BRAZIL, 2021).

Dessa forma, o debate em instituições políticas brasileiras é marcado por ataques pessoais, respostas desqualificadas e por representantes que não possuem a habilidade de ouvir a opinião do Outro. Assim, políticos que deveriam representar a população e, principalmente, honrar os seus eleitores, passam a ser vistos como desqualificados.

Além do debate político, é um fato que nos últimos anos a relação entre Estado e meios midiáticos é instável e marcada por forte tensão. Como resultado, o governo frequentemente passa a não dar credibilidade a meios de comunicação que prezam pela verdade e, conseqüentemente, gera dúvidas acerca dos assuntos trazidos por esse material (LELO, 2020).

Ao fazer isso, a população passa a questionar o papel das mídias, e pode enxergá-las de forma errônea e extrema, tal qual ao acreditar que jornais e programas de televisão têm como objetivo manipular a população. Mais do que isso, quando o atual presidente da república questiona as verdadeiras intenções de uma das principais instituições democráticas do Brasil, o



Supremo Tribunal Federal (STF), o povo passa a conviver com um sentimento de aversão a órgãos da democracia (CARDOSO; REIS, 2019).

Por fim, ao atacar diretamente ideologias opostas a determinado governo, a ideia de que opiniões avessas àquelas defendidas por um líder devem ser extintas é intensificada. Assim, a sociedade passa por um processo de conflito ideológico, de polarização, e desenvolve um cenário ideal para a eclosão de regimes autoritários capazes de controlar e manipular as massas (LELO, 2020).

3.3.3 A falta do debate como ponto comum entre os governos de 1925 e de 2021

Antes de ser analisado tais fatores em comum de ambos os governos, é importante destacar o conceito de consciência histórica. De acordo com Jörn Rüsen (2010), a consciência histórica é baseada na ideia de que não se pode aproveitar conceitos de outro tempo e utilizá-los no presente sem interpretar suas circunstâncias econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, não se deve basear uma pesquisa nas ações dos indivíduos daquele período. E, ademais, possuir características em comum não necessariamente é o suficiente para caracterizá-los como iguais (TORRES; SOUZA JÚNIOR; BRAZIL, 2021).

Assim sendo, a exclusão do diálogo entre opositores, a perseguição e o ataque a jornalistas, a formulação de notícias falsas com intuito de descredibilizar grupos com ideias contrárias e a propagação da intolerância às diferenças e a instituições democráticas são fatores que se assemelham em ambos os governos. Além disso, no governo fascista de Mussolini e no governo com bases democráticas de Jair Messias Bolsonaro, as tensões sociopolíticas tornam-se evidentes. Especialmente no



Brasil, em que ações de viés mais autoritário possam vir a ser tomadas (TORRES; SOUZA JÚNIOR; BRAZIL, 2021).

Assim, ao falar-se da realidade social e política do Brasil há duas possibilidades de um futuro próximo. Na primeira, abre-se espaço para discussões de ideias antagônicas de forma pacífica e respeitosa, objetivando uma melhor convivência popular. Tal realidade seria concretizada por meio do debate, um debate que escuta, compreende e está aberto a novas ideias, sem estigmatizá-las com preconceitos. Dessa forma, poderia se alcançar um Estado, um povo e um país mais tolerante e democrático.

A segunda diz respeito à intensificação da intolerância e da polarização em todos os níveis sociais. Conseqüentemente, a sociedade se tornará cada vez mais dividida e possuir opiniões diferentes será motivo suficiente para inviabilizar a voz do Outro. Nesse sentido, o brasileiro elimina suas chances de evoluir como povo e cidadão, e permanece preso nas amarras ideológicas que o impedem de explorar o novo.

3.3.4 O fenômeno das *fake news* e a sua relação com o debate

De acordo com um estudo publicado no *Journal of Economics Perspectives*, *fake news* representam toda e qualquer informação difundida por meios de comunicação que propagam informações incorretas para enganar ou influenciar o seu público. Nesse sentido, a disseminação de notícias falaciosas põe em risco a democracia no momento em que cria e promove a desinformação que impede o debate (OLIVEIRA; GOMES, 2019).

Faz-se necessário reconhecer que o fenômeno da disseminação de notícias falsas compõe um processo complexo de radicalização política e de desinformação em que a tecnologia participa da ameaça iminente à democracia. Dessa maneira, a Internet



assume um papel de extrema importância em relação ao acesso à informação e desinformação. Como resultado, este meio se tornou um espaço ideal para a reascensão de ideais segregacionistas e ultraconservadores (MALDONADO, 2019).

Porém, em um contexto democrático o termo *fake news*, antes usado para caracterizar notícias falsas, tornou-se uma arma para aqueles que se opõem ao dinamismo de um Estado baseado na democracia, como a liberdade de expressão da imprensa. Assim, tal imprecisão terminológica origina uma descrença em todas as fontes de informações. Dessa forma, governos autoritários conseguem inviabilizar informações verdadeiras ao se utilizarem desse termo (GELFERT, 2018).

Além disso, o principal problema em relação à disseminação das notícias falsas é a fonte da informação. Atualmente, qualquer pessoa pode gerar informações falaciosas e passar a publicá-la nas redes sociais sem nenhum tipo de verificação. E, novamente, gera-se um conflito baseado na desmoralização dos veículos jornalísticos legítimos.

A política, que deveria ser um espaço de pluralidade, passou a ser baseada em tendências políticas preestabelecidas. Cada vez mais, a Internet passa a moldar o acesso a publicações por parte do usuário com base em suas crenças, fazendo com que esse indivíduo se isole em uma única ideologia, facilitando a radicalização política. Adicionalmente, os seres são propensos a concordarem mais facilmente com informações que seguem suas tendências de opinião; por conseguinte, deixam de checar suas fontes frequentemente (ALDWAIRI; ALWAHEDI, 2018).

Ademais, sabe-se que a liberdade de expressão é essencial para um indivíduo. Já que, segundo Oliveira e Gomes (2019, p. 102):

[...] é no exercício da liberdade de expressão que o Estado consegue legitimar-se e o próprio compromisso com uma democracia liberal implica em respeito pela liberdade de expressão.



Em outras palavras, é por meio da liberdade de expressão que se pode contestar o Estado e, assim, suas leis podem ser alteradas. Nesse sentido, a liberdade de informar apenas se justifica e pode existir no direito coletivo à informação para que seja imparcial e correta. Dessa forma, a liberdade de informar não é absoluta, mas baseia-se no direito que o indivíduo possui de ser informado (OLIVEIRA; GOMES, 2019).

Entretanto, a propagação de uma notícia inverificável e ilegítima viola a própria liberdade de informação, já que causa dano em âmbito coletivo para a formação da opinião pública. Logo, a desinformação envolve riscos concretos à democracia e viola noções básicas de liberdade e direito de informação. A desinformação leva à diminuição do debate entre partes opostas, pois essas se recusam a acreditar ou ouvir opiniões contrárias às suas (MUQSITH; MUZYKANT, 2019).

Em uma sociedade da informação, a falta do debate representa um risco para a democracia. Porém, em uma sociedade da desinformação a falta do debate é uma ameaça real à democracia, pois, ao evitar debater com indivíduos de visões opostas, “bolhas ideológicas” são formadas, dando espaço para o florescimento de políticas radicais e extremistas. As *fake news* são capazes de manipular a realidade de um ser. No entanto, fechar-se para ideologias opostas é a certeza de que a falácia vencerá o fato.

3.3.5 A polarização política e os riscos à democracia

A sociedade do século XXI vive em um constante conflito ideológico marcado pelos extremos. Pode-se dizer que as esferas sociais estão polarizadas, não confundindo esse fenômeno com o debate entre ideias contrárias, já que na polarização não existe o debate. Tal processo põe em risco as interações sociais que passam a ser ditadas pelo binarismo e menosprezam o plural, a



diversidade. Como consequência, a intolerância ganha força, pois a diferença que antes dava cor a uma sociedade torna-se vilã em um mundo excludente (BRAGA, 2021).

Segundo Luiz Braga, “situações polarizadas se encontram, então, em uma zona de risco de ruptura”. Ou seja, há uma ruptura do diálogo entre partes opostas, culminando em uma sociedade dividida. Assim, os ideais defendidos por um lado tornam-se algo ideal e suficiente, menosprezando toda e qualquer reflexão contrária gerando um processo de superação da heterogeneidade (BRAGA, 2021).

Adicionalmente, no Brasil o fenômeno da polarização cresce acompanhado pelas *fake news* que passam a disseminar informações falsas e propagar a intolerância entre lados opostos. Um exemplo disso é o fato de que o atual presidente da república utilizou intensamente as redes sociais para propagar informações – verdadeiras e falaciosas – e recusou-se a praticar de qualquer debate presidencial durante sua campanha eleitoral (MIGUEL, 2019).

Em um contexto nacional, a antítese do pensamento brasileiro tem sua origem e principais causas, segundo Bello (2019):

[...] na divisão entre o petismo e o antipepetismo e, em menor grau, entre os pobres e ricos, enquanto as causas englobam efeitos relacionados com a economia e aos fatores políticos, sociais e institucionais.

Logo, a dinâmica sociopolítica do Brasil possui forte influência no fenômeno da polarização. Dessa forma, na atual conjuntura política brasileira é evidente que lados opostos não possuem o menor interesse em dialogar entre si. Assim, passam a propagar o ódio e a intolerância, e, como resultado, situações em que a violência ganha destaque tornam-se mais comuns. Já que em



um ambiente isolado do debate e rodeado pela inflexibilidade ideológica, grupos extremistas possuem o melhor ambiente para se desenvolverem.

Para encontrar exemplos claros da relação entre a polarização causada pela falta do debate e seus resultados violentos contra a democracia, basta olhar para a situação sociopolítica do continente americano. Ao Norte, após o novo presidente Joe Biden ser eleito, um grupo formado por extremistas apoiadores de Donald Trump invadiram o principal símbolo democrático dos Estados Unidos da América. O grupo tinha como objetivo interromper a sessão que confirmaria a vitória do novo presidente eleito, já que, para eles, as eleições haviam sido fraudadas.

Já no Brasil, em 2018, Jair Bolsonaro, durante sua campanha eleitoral, foi esfaqueado por um opositor. Chama-se a atenção para o fato de que possuir ideologias diferentes não se caracteriza como razão para cometer um ato contra a vida de um ser. Adicionalmente, em um contexto democrático, tal ação representou uma ameaça à democracia, pois se preferiu provocar a morte de um indivíduo a aceitar suas premissas antagônicas.

Por fim, fica claro que em uma sociedade sem debate o extremismo assume destaque e passa a controlar as ações dos indivíduos. Além disso, põe-se em risco a democracia, já que movimentos autoritários passam a ganhar mais força, e o desenvolvimento integral de instituições democráticas é interrompido. Dessa forma, a polarização deve retroceder para que um Estado democrático possa prosperar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo tornou-se claro que debate e democracia devem caminhar juntos para que o cenário sociopolítico de uma nação possa ter um futuro próspero. O debate, em um contexto



democrático, é a forma de alcançar-se a união entre povo e Estado e, além disso, de promover a aceitação e respeito pelas diferenças que constituem um povo.

O debate, antes de tudo, é uma ação cívica que constitui um dever e direito do cidadão de expor seus ideais e de, ao mesmo tempo, respeitar aqueles contrários aos seus. A partir do instante em que isso não ocorre, a realidade social está ameaçada pela intolerância. Intolerância essa que é capaz de destruir a possibilidade de uma convivência pacífica e respeitosa de um povo. Ademais, ameaça a continuidade de uma democracia, marcada pelo fortalecimento de extremos.

O fortalecimento de extremos políticos e ideológicos, consequência da falta de debate em uma sociedade, leva ao crescimento de grupos radicais que passam a considerar seus ideais superiores e totalitários. Tal situação representa uma grave ameaça à democracia, pois o diálogo entre visões antagônicas é extinto e, assim, um Estado regido por esse sistema de governo torna-se propenso a situações antidemocráticas.

Tais situações, marcadas pelo autoritarismo, põem em risco todas as premissas de um sistema democrático, já que defendem a repressão à liberdade de expressão e invalidam opiniões contrárias. Por conseguinte, uma sociedade é dominada pela intolerância, pelo constante conflito e tensão entre grupos, e torna-se o ambiente ideal para a emergência de líderes antidemocráticos e autoritários.

Assim, uma nação antes marcada pela liberdade e respeito à democracia, passa a ser composta por indivíduos que, frequentemente, descredibilizam instituições democráticas, passam a duvidar de canais de comunicação legítimos e impulsionam a propagação de mídias falsas, as chamadas *fake news*. Notícias falsas representam a personificação de ideias que promovem o



fim da democracia. Ao promovê-las, fortalecem-se noções falsas que geram dúvida acerca da necessidade da permanência de um sistema democrático e, adicionalmente, situações como o extremismo ideológico se intensificam, e a polarização passa a ser realidade para uma sociedade comprometida e a continuidade da democracia é posta em risco.

Em uma realidade polarizada, o debate é inexistente, já que qualquer opinião contrária é considerada errada, inválida. Logo, não há diálogo e não há respeito pelo diverso; os opostos que antes deveriam conviver de forma harmônica em uma sociedade iniciam uma convivência definida pelo desrespeito e pelo isolamento. Nesse sentido, a polarização representa uma ameaça à democracia e deve ser combatida.

Porém, transformar uma realidade marcada pela intolerância não é uma tarefa fácil de ser realizada. A mudança que todos desejam ver no futuro depende do agora, do presente. Assim sendo, o debate representa uma ferramenta indispensável para alcançar essa tão necessitada renovação de uma sociedade controlada por extremos. Adicionalmente, o agente que possui maior chances de verdadeiramente fomentar um novo futuro é o jovem, é a juventude.

Os jovens, antes de tudo, são seres em um constante processo de evolução e mudança. Dessa forma, estão muito mais propensos a aceitarem e ouvirem novas opiniões e ideologias, ao contrário de adultos e idosos que já possuem uma base de valores fortemente estabelecida. Além disso, tendo em mente que os jovens serão os responsáveis pela preservação da democracia no futuro, é de extrema importância que esse grupo seja sensibilizado e conscientizado sobre a importância da prática do debate dentro de uma sociedade.

Os jovens são, segundo Sander (2009):



Um “espelho retrovisor” da sociedade, eles não são nem os mais revolucionários nem os mais conservadores, mas, em alguns aspectos, trazem novos debates para a sociedade, pois, nessa fase da vida, as pessoas expressam de forma condensada e intensa os valores [...] da sociedade à qual pertencem.

Assim, os indivíduos pertencentes à fase da juventude são parte integrante e essencial para um Estado democrático. Esse grupo representa a renovação ideológica de uma realidade e garante que não se fique estagnado em uma mesma mentalidade, frequentemente intolerante. Logo, os jovens, por meio do debate, são capazes de alterar o cenário sociopolítico atual de diversos países, como o Brasil, que vive em um momento de intensa polarização. Pois esses, ao compreenderem que, por meio do diálogo, pode-se construir uma realidade mais justa e tolerante, passam a aceitar o pluralismo presente em uma sociedade.

O debate, por fim, representa a possibilidade de progresso e de evolução de uma sociedade marcada pelo retrocesso. O retrocesso, todas as vezes, representado pela intolerância, pelo ato de negar-se ao ouvir o outro, evidenciado através de ações de líderes de Estados democráticos que promovem falácias, conflitos entre grupos, inviabilizam opiniões e desacreditizam ações e falas de seres humanos. Dessa forma, conclui-se que o debate é a cura para uma sociedade traumatizada e que a sua promoção simboliza uma chance de recomeço e renovação.

REFERÊNCIAS

ALDWAIRI, Monther; ALWAHEDI, Ali. Detecting *fake news* in social media networks. *Procedia Computer Science*, v. 141, p. 215-222, 2018.

ANDRADE, Rani. O que é uma democracia liberal?. **Politize**, São Paulo, 26 nov. 2020. -. Disponível em: <https://www.politize.com.br/democracia-liberal/>. Acesso em: 1º jul. 2021.



AREVALO, Andres Rodriguez. The Decline of Debate and its Impact on Democracy. **Impackter**, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://impakter.com/the-decline-of-debate-and-its-impact-on-democracy/>. Acesso em: 1º jul. 2021.

BERTONHA, João Fábio. Coerção, consenso e resistência num Estado autoritário: o caso da Itália fascista. **Diálogos**, v. 12, n. 1, p. 141-163, 2008.

BRAGA, José Luiz. Polarização como estrutura de intolerância: uma questão comunicacional. In: FERREIRA, Jairo *et al.* (org.). **Midiatização, polarização e intolerância** (entre ambientes, meios e circulações) Santa Maria: FACOS – UFSM. 2020, p. 297-316.

CARDOSO, Fernanda Graziella; REIS, Cristina Fróes de Borja. Velhos dilemas, antiquadas soluções: o Brasil na contramão do desenvolvimento. In: POCHMANN, Márcio; AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2019, p. 127-150.

COSTA, André Bello Sá Rosas. Origem, causas e consequências da polarização política. 2019. 217 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37008>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DINIZ, Ana Paula Fagundes; NEVES JUNIOR, José Francisco. **A democracia: breve histórico, conceito e tipos**. -: Jus.Com.Br, 2016. -. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50350/a-democracia-breve-historico-conceito-e-tipos>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FELICE, Renzo de. **Explicar o fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1976.

GELFERT, Axel. *Fake news: A definition*. **Informal Logic**, v. 38, n. 1, p. 84-117, 2018.



HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

LANGWORTH, Richad M. (ed.). **Churchill by Himself**: The definitive collection of quotations. New York: PublicAffairs, 2008.

LELO, Thales Vilela. A influência do partidarismo na recepção de *fake news* e fact-checking em contexto de polarização política. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 3, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MALDONADO, Manuel Arias. Understanding *fake news*: Technology, affects, and the politics of the untruth. **Historia y comunicación social**, v. 24, n. 2, p. 533-546, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das *fake news*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

MUQSITH, Munadhil Abdul; MUZYKANT, Valerii Leonidovich. Effect *Fake News* for Democracy. **Jurnal Cita Hukum**, v. 7, n. 3, p. 307-318, 2019.

OLIVEIRA, André Soares; GOMES, Patrícia Oliveira. Os limites da liberdade de expressão: *fake news* como ameaça à democracia. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 93-118, 20 dez. 2019..

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, p. 167-198, 1999.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.



SANDER, Cristiane. Juventude e participação: um processo pedagógico. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABES, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n3/n3a04.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2021.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

TIBURI, Marcia Democracia e autoritarismo. **Revista Cult**, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-e-autoritarismo/>. Acesso em: 1º jul. 2021.

TORRES, Túlio Jander Frota; SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues de; BRAZIL, Vicente Thiago Freire. As características e os impactos da narrativa de Jair Messias Bolsonaro. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 15, p. 01-14, 2021.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Aspectos do fascismo no século XXI. **Revista Perseu, História, Memória e Política**, v. 16, p. 83-97, 2018.



SOBRE OS AUTORES



Ana Alice Kohler

kohleranaalice@gmail.com

Natural de Brusque, Santa Catarina, tem 17 anos de idade e é estudante do Colégio São Luiz, onde cursa a 3a série do Ensino Médio. Gosta de literatura, história, filosofia e debate competitivo.



Clarissa Dias Rodrigues Andrade

cla.dra.cla@gmail.com

Natural de Brusque, Santa Catarina, tem 17 anos de idade e é estudante do Colégio São Luiz, onde cursa a 3a série do Ensino Médio. Embaixadora do Instituto Brasileiro de Debates e membro da Seleção Brasileira de Debates Escolares. Gosta de política e economia.



Claudemir Aparecido Lopes

lopesk@unifebe.edu.br

Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Estácio de Sá). Graduado em Filosofia pela FEBE - Brusque. Pós-graduado em Filosofia (UNIFEBE). Pós-graduado em Gestão Escolar (UDESC). Mestre em Filosofia (UFSC). Diretor do Colégio UNIFEBE. Professor e pesquisador em Filosofia. Coordenador da Editora UNIFEBE.





Guilherme Augusto Hilário Lopes

guilherme.lopes@colegio.unifebe.edu.br

Professor de Ensino Médio em escolas da rede pública e privada no município de Brusque. No Colégio UNIFEBE leciona as disciplinas de História e Sociologia. Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Licenciado em História (Uniasselvi) e Ciências Sociais (FURB).



Miguel Ribeiro Machado

miguelribeiromachado144@gmail.com

Aluno do Colégio UNIFEBE, cursando a 3ª série do ensino médio. Reside em Brusque, mas é natural de Balneário Camboriú. Gosta de estudar filosofia e história. Adora escutar rock, cozinhar e passar tempo com seus amigos. Almeja estudar em uma universidade federal.





Tairine Gabriela Pereira Lopes

tairinegabrielaa@gmail.com

Professora de Ensino Médio na Escola S. - rede Sesi Senai, no município de Blumenau. Licenciada em História, com especialização em Política e Sociedade, Tecnologias Digitais e, Educação, Cultura e Diversidade. Leciona Ciências Humanas e Mídias Digitais



Vitória Schlindwein Gomes

vivisg8@gmail.com

Natural de Brusque, Santa Catarina, tem 17 anos de idade e é estudante do Colégio São Luiz, onde cursa a 3ª série do Ensino Médio. Gosta de debate competitivo, estudar sobre política e ciências humanas no geral.



O DEBATE É PRECISO: Reflexões acerca do debate

O presente livro aborda, sob diversos pontos de vista, o debate enquanto categoria de comunicação e enquanto modalidade esportiva, sobretudo entre estudantes. Nesse ínterim, os capítulos abordam o tema desde a apresentação da modalidade debate, passando por um aprofundamento epistemológico acerca de verdade e falácia, descrevendo as formas e as regras do debate enquanto esporte e, por fim, debatendo no interior dos capítulos a importância do diálogo e do debate – com seus aprofundamentos retóricos – para o enriquecimento do espírito humano e sua decorrente valorosidade para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Ao final, tem-se um panorama do que é debate, qual sua importância para a vida social e cidadã e, não menos importante, qual a importância desta categoria esportiva para estudantes e professores no que diz respeito ao entendimento mútuo e à sempre tão necessária compreensão do outro.